

MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
EDUCACIONAL

Dissertação de Mestrado

**“A Aventura da Vida” nas escolas do 1.º CEB da
Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria – Um
Programa de Educação para a Saúde**

ELISABETE CRISTINA SILVA RODRIGUES

ORIENTADORA:
Professora Doutora Susana Henriques

janeiro de 2025

“A Aventura da Vida” nas escolas do 1.º CEB da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria – Um Programa de Educação para a Saúde © 2024 por Elisabete Rodrigues está licenciada sob Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



**Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0
International**

Declaração de integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente dissertação/tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no Diário da República, 2.^a série, n.º 206, de 23 de outubro de 2024.

I hereby declare having conducted my thesis with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of falsification of results in the process of the thesis elaboration. I further declare that I have fully acknowledged Disciplinary Regulations of Universidade Aberta (Diário da República, 2.^a série, N.º 206, de 23 de outubro de 2024).

Universidade Aberta, 29 de janeiro de 2025

Nome completo/Full name: Elisabete Cristina Silva Rodrigues

Assinatura/Signature

Assinado por: **ELISABETE CRISTINA SILVA RODRIGUES**
Num. de Identificação: 11362110
Data: 2025.01.29 10:52:33+00'00'



Agradecimentos

“Aqueles que passam por nós, não vão sós, não nos deixam sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.”

Antoine de Saint-Exupéry

A todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho, participando de forma voluntária e desinteressada na concretização deste estudo.

À minha orientadora, a Professora Doutora Susana Henriques, pela disponibilidade, pelo profissionalismo, pelo conhecimento e apoio científico, mas também por ter sido um apoio constante, tolerando, pacientemente, todas as minhas dúvidas e hesitações e por se ter revelado, até antes da elaboração deste trabalho, um ser humano extraordinário que soube sempre aliar o seu alto conhecimento e o profissionalismo a uma vertente humana digna de registo, merecedora, também por isso, de um agradecimento público.

À CIMRL, nas pessoas da Dr.^a Alcina Costa e da Dr.^a Virgínia Pedroso por terem sido incansáveis no apoio e na disponibilidade sempre demonstrados ao longo deste processo.

Aos meus colegas de mestrado, Andreia Ferreira e Joaquim Guedes, por todas as partilhas, apoio e cumplicidade. Fomos mesmo *“Unus pro omnibus, omnes pro uno”*.

Ao Professor Carlos Clemente que, informaticamente, me apoiou e ajudou a aprofundar conhecimentos.

Aos meus pais, pelo exemplo de coragem que me acompanha. Se a idade não vos fez hesitar e permitiram o meu nascimento, não será a idade que me vai impedir de, à vossa semelhança, continuar a lutar e a realizar sonhos.

Ao Jorge e ao José por, mesmo sem compreenderem, aceitarem, suportarem e tolerarem as minhas ausências de todas as vezes que decido que quero voltar a estudar.

A todos vós, a minha gratidão.

“labor Omnia Vincti improbus”

Dedicatória

Dedico este trabalho à Ana Paula Neves e ao Fernando Lopes,
Por serem sinónimo de força, exemplo e inspiração...
Por terem acreditado sempre, mesmo quando até eu duvidei!

“Ninguém escapa ao sonho de voar, de ultrapassar os limites do espaço onde nasceu, de ver novos lugares e novas gentes. Mas saber ver em cada coisa, em cada pessoa, aquele algo que a define como especial, um objecto singular, um amigo - é fundamental.

Navegar é preciso, reconhecer o valor das coisas e das pessoas, é mais preciso ainda.”

Antoine de Saint-Exupéry

Resumo

O presente estudo enquadra-se na abordagem da educação para a saúde e na crescente importância desta temática nas escolas, enquanto promotoras de comportamentos saudáveis entre as crianças. A escolha do tema – “A Aventura da Vida nas escolas do 1.º CEB da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria – Um Programa de Educação para a Saúde” – visa avaliar o impacto deste Programa nas escolas onde foi aplicado. Para o efeito, é analisado o aumento de competências na área da educação que têm vindo a ser transferidas para as Autarquias Locais e para as Comunidades Intermunicipais, bem como a forma como a Liderança dos Professores e o Clima de Escola podem contribuir para o sucesso da implementação de Programas desta natureza.

Em termos metodológicos, após as devidas autorizações, foi aplicado um inquérito por questionário a 18 professores que frequentaram e concluíram com sucesso a ação de capacitação do Programa “A Aventura da Vida” e 32 alunos de duas turmas do 1.º Ciclo do Ensino Básico onde foi aplicado o Programa.

Depois de realizada a análise descritiva dos dados recolhidos, e como conclusões principais do estudo, destacamos as perspetivas dos professores e dos alunos que salientaram o sucesso da aplicação do Programa “A Aventura da Vida”. Na perspetiva dos alunos, estes revelaram uma maior preocupação com a adoção de estilos de vida saudável, sendo ainda considerado por estes que a aplicação do Programa contribuiu para favorecer a qualidade das relações entre pares. Relativamente ao impacto da implementação do Programa “A Aventura da Vida” nos Professores, constatamos que os mesmos consideram que o Programa lhes proporcionou uma oportunidade para melhorar o seu trabalho enquanto docentes, fazendo-os refletir sobre a visão que tinham sobre a liderança e contribuindo para que pudessem alterar as suas práticas pedagógicas.

Em termos gerais, o Programa “A Aventura da Vida”, destaca-se em áreas como a promoção da qualidade das relações, o aumento do grau de participação e de satisfação com a escola, sendo que os Professores consideram que o mesmo contribuiu para melhorar o Clima de Escola e para melhorar o seu desempenho profissional.

Palavras-chave: Educação para a saúde; Poder Local; Intermunicipalidade; Clima de Escola; Liderança dos Professores

Abstract

This study is part of the approach to health education and the growing importance of this topic in schools as a promoter of healthy behaviour in children. The choice of the topic - "A Aventura da Vida nas escolas do 1.º CEB da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria – Um Programa de Educação para a Saúde" - aims to evaluate its impact on the schools where it has been implemented. Aiming this, we analyse the increasing educational competences that have been transferred to local authorities and intermunicipal communities, as well as how teacher leadership and school climate can contribute to the successful implementation of such programmes.

Methodologically, and after obtaining the necessary permissions, a questionnaire survey was carried out among 18 teachers who had attended and successfully completed the Adventure of Life training programme and 32 students from two primary school classes where the programme had been applied.

After carrying out a descriptive analysis of the data collected, the main conclusions of the study are to highlight the perspectives of the teachers and the students, which highlighted the success of the application of the 'Aventura da Vida' programme. From the point of view of the students, they showed a greater interest in adopting a healthy lifestyle and they also felt that the implementation of the programme had contributed to improving the quality of peer relationships. Regarding the impact of the implementation of the 'Aventura da Vida' programme on the teachers, we found that they felt that the programme had given them the opportunity to improve their work as teachers, made them reflect on their views of leadership and helped them to change their teaching practices.

In general, the 'Aventura da Vida' programme stands out in areas such as promoting the quality of relationships, increasing participation and satisfaction with the school, and teachers consider that it.

Keywords: Health education; Local power; Intermunicipality; School climate; Teacher leadership

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	2
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	6
1.1. EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE.....	6
1.2. PODER LOCAL – ALARGAMENTO DE COMPETÊNCIAS	10
1.3. A INTERMUNICIPALIDADE	20
1.3.1. CIMRL – <i>Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria</i>	23
1.3.2. PIICIE – <i>Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar</i>	24
1.4. A IMPORTÂNCIA DO CLIMA DE ESCOLA NO BEM-ESTAR DOS ALUNOS.....	27
1.5. A LIDERANÇA DOS PROFESSORES E O PROGRAMA “A AVENTURA DA VIDA”	29
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA	34
2.1. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO GERAL EM QUE OCORREU A PESQUISA	34
2.2. OPÇÕES METODOLÓGICAS	34
2.3. TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO, INSTRUMENTOS DE PESQUISA E TRATAMENTO DE DADOS	36
2.4. ASPETOS ÉTICOS.....	41
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS	44
3.1. ENVOLVIMENTO DOS PROFESSORES	44
3.2. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES.....	57
3.3. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS.....	70
CONCLUSÕES.....	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80
ANEXOS	87

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 2.3.1 – ESTRUTURA DA GRELHA DE ANÁLISE DOCUMENTAL - ANALISAR OS FATORES QUE FACILITAM E OU DIFICULTAM O ENVOLVIMENTO DOS PROFESSORES NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA “A AVENTURA DA VIDA”	36
QUADRO 2.3.2 – ESTRUTURA DA GRELHA DE ANÁLISE DOCUMENTAL - CONHECER AS PRÁTICAS DOS PROFESSORES NO DESENVOLVIMENTO DA APLICAÇÃO DO PROGRAMA “A AVENTURA DA VIDA”	36
QUADRO 2.3.3 – ESTRUTURA DA GRELHA DE ANÁLISE - CONHECER E CARACTERIZAR A PERCEÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE OS EFEITOS E IMPACTOS DA APLICAÇÃO DO PROGRAMA “A AVENTURA DA VIDA”	38
QUADRO 2.3.4 – ESTRUTURA DA GRELHA DE ANÁLISE - CONHECER AS PRÁTICAS DOS PROFESSORES NO DESENVOLVIMENTO DA APLICAÇÃO DO PROGRAMA “A AVENTURA DA VIDA”	39
QUADRO 2.3.5 – ESTRUTURA DA GRELHA DE ANÁLISE - CONHECER A PERCEÇÃO DOS ALUNOS SOBRE OS EFEITOS E IMPACTOS DA APLICAÇÃO DO PROGRAMA “A AVENTURA DA VIDA”	40
QUADRO 3.1.1 – TRANSFERÊNCIA E ALARGAMENTO DE COMPETÊNCIAS – NORMATIVOS LEGAIS	44
QUADRO 3.1.2 – PROJETOS DESENVOLVIDOS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PELA CIMRL	45
QUADRO 3.1.3 – ANÁLISE DOS PROJETOS EDUCATIVOS DOS 7 AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS	48
QUADRO 3.1.4 – ANÁLISE DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO – VISÕES SOBRE A LIDERANÇA	51
QUADRO 3.1.5 – ANÁLISE DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO – MOTIVAÇÃO.....	52
QUADRO 3.1.6 – ANÁLISE DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO – TRABALHO DOCENTE.....	52
QUADRO 3.1.7 – ANÁLISE DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO – RECURSOS DISPONÍVEIS	53
QUADRO 3.1.8 – ANÁLISE DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO – BARREIRAS À IMPLEMENTAÇÃO.....	55
QUADRO 3.1.9 – ANÁLISE DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO – INTERESSE DOS ALUNOS – AUTOCONHECIMENTO	56
QUADRO 3.1.10 – ANÁLISE DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO – INTERESSE DOS ALUNOS – GESTÃO DE CONFLITOS E AUTOCONFIANÇA.....	56
QUADRO 3.2.1 – INQUÉRITO AOS PROFESSORES - MOTIVAÇÃO	59
QUADRO 3.2.2 – INQUÉRITO AOS PROFESSORES – IMPACTO	60
QUADRO 3.2.3 – INQUÉRITO AOS PROFESSORES – RECONHECIMENTO	60
QUADRO 3.2.4 – INQUÉRITO AOS PROFESSORES – CONTINUIDADE.....	61
QUADRO 3.2.5 – RECOMENDAÇÃO.....	63
QUADRO 3.2.6 – O QUE PODE SER MELHORADO	63

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 3.2.1 – IDADE DOS PROFESSORES.....	57
GRÁFICO 3.2.2 – TEMPO DE PERMANÊNCIA ININTERRUPTA NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	58
GRÁFICO 3.2.3 – GRAU DE SATISFAÇÃO COM O PROGRAMA “A AVENTURA DA VIDA”.....	62
GRÁFICO 3.2.4 – PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS DEPOIS DA APLICAÇÃO DO PROGRAMA “A AVENTURA DA VIDA”	65
GRÁFICO 3.2.5 – ALTERAÇÕES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS VERIFICADAS APÓS APLICAÇÃO DO PROGRAMA “A AVENTURA DA VIDA”	66
GRÁFICO 3.2.6 – PRINCIPAIS BENEFÍCIOS APÓS IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA “A AVENTURA DA VIDA”.....	67
GRÁFICO 3.2.7 – PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA APLICAR O PROGRAMA “A AVENTURA DA VIDA”.....	68
GRÁFICO 3.2.8 – IMPACTO DA APLICAÇÃO DO PROGRAMA “A AVENTURA DA VIDA”.....	70
GRÁFICO 3.2.9 – CLIMA ESCOLAR.....	70
GRÁFICO 3.3.1 – MUDANÇAS SENTIDAS	71
GRÁFICO 3.3.2 – APRENDIZAGENS	72

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I – TEXTO DE DIVULGAÇÃO DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO JUNTO DOS DIRETORES DE AGRUPAMENTO QUE INTEGRAM AS ESCOLAS CUJOS DOCENTES E ALUNOS FAZEM PARTE DA AMOSTRA EM ESTUDO E RESPETIVO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A SUA REALIZAÇÃO	87
ANEXO II – TEXTO DE DIVULGAÇÃO DO PROJETO DE INVESTIGAÇÃO JUNTO DOS DOCENTES QUE VÃO PARTICIPAR NO ESTUDO E RESPETIVO PEDIDO DE COLABORAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO MESMO	88
ANEXO III – TEXTO DO PEDIDO DE COLABORAÇÃO ENVIADO AOS PROFESSORES PARA SOLICITAR A AUTORIZAÇÃO AOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO PARA QUE OS SEUS EDUCANDOS POSSAM PARTICIPAR NO ESTUDO.....	89
ANEXO IV – TEXTO DO DOCUMENTO INFORMATIVO AOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	90
ANEXO V – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES.....	91
ANEXO VI – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS	105

ABREVIATURAS

AE – Agrupamento de Escolas

AGE – Administração e Gestão Educacional

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses

CEB – Ciclo do Ensino Básico

CIMPIN – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte

CIMPL – Comunidade intermunicipal do Pinhal Litoral

CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria

HBSC- Health Behaviour in School-aged Children

IUHPE - International Union for Health Promotion and Education

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos

OMS – Organização Mundial de Saúde

PIICIE - Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar

SNS – Serviço Nacional de Saúde

SPCE – Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, que se insere na abordagem da educação para a saúde no âmbito da Administração e Gestão Educacional (AGE), centra-se na importância que esta temática tem vindo a assumir nas escolas, enquanto promotoras de comportamentos saudáveis junto das crianças. A escolha do Tema – **“A Aventura da Vida nas escolas do 1.º CEB da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria – Um Programa de Educação para a Saúde”** tem o propósito de aprofundar conhecimentos sobre a implementação do Programa “A Aventura da Vida” e sobre o impacto deste nas escolas onde foi implementado.

Em Portugal, esta iniciativa, surge no âmbito de uma parceria entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), a Universidade Aberta e a Fundación EDEX para a implementação do Programa “A Aventura da Vida”. O Programa foi então aplicado nas escolas dos 10 Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, sendo dirigido aos alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

O Programa “A Aventura da Vida” assenta na sensibilização e promoção de toda a comunidade escolar sobre a adoção de hábitos de vida saudáveis. Visa, assim, contribuir para o bem-estar dos alunos e, conseqüentemente, para o seu sucesso educativo. É uma proposta educativa, de caráter preventivo, baseada em dois eixos:

- *Habilidades para a Vida*: Empatia; Comunicação Assertiva; Gestão de emoções e sentimentos; Relações Interpessoais; Gestão de tensões e Stress; Como lidar com problemas e conflitos; Autoconhecimento; Pensamento criativo; Tomadas de decisão; Pensamento crítico.

- *Hábitos saudáveis*, relacionados com: Uso de medicamentos; Consumo de álcool; Uso de tabaco; Atividade física e repouso; Alimentação; Segurança; Higiene.

A presente investigação tem o propósito de perceber **que efeitos e impactos da capacitação e da implementação do Programa "A Aventura da Vida" são percebidos por professores e alunos.**

Mais concretamente, pretende-se:

- Conhecer e caracterizar a percepção dos professores sobre os efeitos e impactos da aplicação do Programa “A Aventura da Vida” – educação para a saúde;
- Analisar os fatores que facilitam e ou dificultam o envolvimento dos professores na implementação do Programa “A Aventura da Vida”;
- Conhecer as práticas dos professores no desenvolvimento da aplicação do Programa “A Aventura da Vida”;
- Conhecer a percepção dos alunos sobre os efeitos e impactos da aplicação do Programa “A Aventura da Vida” – educação para a saúde.

Deste modo, considerando que a educação para a saúde é um tema que tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante na nossa vida em sociedade e associando esta circunstância ao aumento substancial de competências na área da educação, quer nas Autarquias Locais, quer nas Comunidades Intermunicipais, entendemos que o aprofundar do estudo acerca da capacitação e subsequente implementação do Programa “A Aventura da Vida” em algumas escolas do território abrangido pela CIMRL poderia contribuir para uma melhor compreensão desta realidade, quiçá, apontar caminhos para futuras aplicações e/ou replicação da aplicação do Programa em escolas de outros Agrupamentos dos Concelhos que integram a CIMRL e até de outras Comunidades Intermunicipais.

O esclarecimento das questões em estudo neste trabalho, que acima foram elencadas, podem contribuir para que outros decisores, sejam eles políticos, ou ao nível dos Agrupamentos, possam refletir e ponderar sobre os benefícios da aplicação deste Programa nas Escolas dos seus territórios.

O presente estudo, está assim estruturado da seguinte forma:

Um primeiro ponto que é constituído pela introdução, pretende enquadrar o presente estudo, salientando, simultaneamente, a relevância e objetivos do mesmo.

No primeiro Capítulo, iniciámos o estudo propriamente dito. Após uma breve revisão da literatura, efetuámos um enquadramento teórico, caracterizando a educação para a saúde, o poder local e a evolução da transferência de competências na área da educação, para os Municípios e para as Comunidades Intermunicipais, até à atualidade. Fazemos ainda uma abordagem à temática da intermunicipalidade, caracterizando a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria e damos nota do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar. Por fim, salientamos a importância do Clima de Escola no

bem-estar dos alunos e analisamos a relevância da Liderança dos Professores no âmbito do Programa “A Aventura da Vida”.

Após o enquadramento teórico, iniciámos o desenvolvimento do estudo que constitui o segundo capítulo deste estudo. Assim, em termos de metodologia, caracterizamos o contexto geral em que ocorreu a pesquisa, damos nota das opções metodológicas e das técnicas de investigação adotadas, os instrumentos de pesquisa escolhidos e o respetivo tratamento dos dados. Damos, ainda, nota dos aspetos éticos que foram tidos em conta no desenvolvimento de presente estudo.

De seguida, no terceiro capítulo, efetuámos a análise e interpretação dos dados recolhidos através da análise documental e dos inquéritos por questionário aplicados aos professores e aos alunos.

Por fim, damos nota das conclusões, das limitações encontradas no desenvolvimento do presente estudo, bem como das sugestões para estudos futuros.

Esperamos, deste modo, que a execução deste trabalho de investigação seja marcada não só pelo rigor académico necessário, mas também pela relevância do tema abordado. Que os resultados obtidos ajudem a clarificar as eventuais reservas dos diversos atores — diretores, docentes, autarcas — em relação à importância da educação para a saúde nas escolas e, conseqüentemente, a importância da aplicação do Programa “A Aventura da Vida”. Entendemos que só através dessa clarificação poderemos refletir e definir um percurso educativo de sucesso que respeite os interesses dos envolvidos e atenda às necessidades dos verdadeiros interessados: os alunos das nossas escolas.

CAPÍTULO 1
ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo, após uma revisão da literatura, desenvolvemos um enquadramento teórico que caracteriza a educação para a saúde, o poder local e a evolução da transferência de competências na área da educação para os Municípios e Comunidades Intermunicipais até à atualidade. Abordamos também a temática da intermunicipalidade, detalhando a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria e destacando o Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar. Por fim, destacamos a importância do Clima de Escola no bem-estar dos alunos e analisamos a relevância da Liderança dos Professores no âmbito do Programa “A Aventura da Vida”.

1.1. Educação para a Saúde

A Declaração de Alma-Ata (OMS, 1978, p.1) foi um marco no reconhecimento de que a saúde é uma meta social na qual os governos devem investir, tendo definido a mesma como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não sendo apenas a mera ausência de doença ou enfermidade”. Já na 1ª Conferência Internacional da OMS sobre Promoção da Saúde em Ottawa, Canadá, realizada em 1986, cinco estratégias básicas de intervenção em saúde pública foram identificadas e refletidas na Carta de Ottawa (OMS, 1986), designadamente, a construção de políticas saudáveis, a criação de ambientes favoráveis, o reforçar da ação comunitária, o desenvolvimento de competências pessoais e a reorientação dos Serviços de Saúde. Desde então, outras conferências internacionais neste âmbito foram sendo realizadas, definindo sucessivamente diferentes conceitos, princípios e áreas de atuação para a promoção da saúde.

Considerando ainda que a saúde e a educação foram reconhecidas como direitos humanos fundamentais na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, quando no seu artigo 25.º é referido que “todo o ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe e à sua família, saúde e bem-estar” e no artigo 26.º que “todos os seres humanos têm direito à educação”, importa, mais do que nunca, transformar todas as escolas em espaços que promovam e protejam a saúde. Contribuindo, deste modo, para o bem-estar e desenvolvimento de competências socioemocionais, cognitivas e hábitos saudáveis num ambiente seguro de aprendizagem.

Em 1991, uma união entre a Organização Mundial de Saúde, a Comissão das Comunidades Europeias e o Conselho da Europa levou à criação da Rede Europeia de Escolas Promotoras da Saúde, à qual Portugal veio a aderir, em 1994, tendo, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, formalizado, nesse mesmo ano, uma parceria com vista à promoção de uma cooperação ativa entre escolas e centros de saúde que visava a realização de tarefas complementares relacionadas com a promoção da saúde na comunidade educativa e da qual resultou a criação da Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde. Uma Escola Promotora de Saúde, segundo Faria e Carvalho (2019, p.80), “tem como objectivo criar as condições para os alunos desenvolverem plenamente as suas potencialidades (ou empowerment), adquirindo competências para cuidarem de si próprios, serem solidários e capazes de se relacionarem positivamente com o meio”.

Já em 2005 é publicado pelo Gabinete da Ministra da Educação o Despacho n.º 25995, de 16 de dezembro que leva à assinatura, em 2006, de um protocolo entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde que é revelador da importância que a educação para a saúde representa, ao afirmar-se no mesmo que,

A promoção da educação para a saúde em meio escolar é um processo em permanente desenvolvimento para o qual concorrem os setores da Educação e da Saúde. Este processo contribui para a aquisição de competências das crianças e dos jovens, permitindo-lhes confrontar-se positivamente consigo próprios, construir um projeto de vida e serem capazes de fazer escolhas individuais, conscientes e responsáveis. A promoção da educação para a saúde na escola tem, também, como missão criar ambientes facilitadores dessas escolhas e estimular o espírito crítico para o exercício de uma cidadania ativa. (SNS, 2006, p. 1)

Nesta senda, segundo Machado (2020), em Portugal, além da vacinação, são promovidos os rastreios de saúde oral, visão e obesidade em idade escolar. Em 2017, com recurso aos cheques dentista, foram disponibilizadas 354 mil consultas odontológicas para crianças e jovens menores de 18 anos, com 77,9% destas a serem utilizadas. Mais de 80% das crianças e adolescentes de 12 a 18 anos escovam os dentes à noite antes de dormir, o dobro da última década. Além disso, mais de metade dos adolescentes têm gengivas saudáveis aos 12 anos, mas essa percentagem diminui, substancialmente, em 42% aos 18

anos. Um estudo do Programa de Saúde Oral, da mesma autora, constatou que um terço dos adolescentes observados estava livre de cáries aos 18 anos (uma redução de 83% em relação a 2000) e mais da metade estava livre de cáries aos 6 e 12 anos de idade. Entre as crianças portuguesas avaliadas no 1.º ciclo do ensino básico, 29,6% apresentavam excesso de peso e 12,0% obesidade. No entanto, a tendência ascendente contínua que se verificava foi revertida, com o sobrepeso e a obesidade a diminuírem nos últimos anos.

Já no que respeita aos adolescentes e segundo Machado (2020), ao citar um estudo da Organização Mundial de Saúde, Health Behaviour in School-aged Children (HBSC), que apresenta dados sobre os estilos de vida, hábitos e comportamentos dos alunos dos 6.º, 8.º e 10.º anos, de 44 países, é possível constatar que, em Portugal, apenas 72% dos alunos tomam o pequeno-almoço todos os dias e que 9% referem nunca tomar o pequeno-almoço. No que respeita ao consumo de frutas, legumes e refrigerantes, um quarto (26%) dos adolescentes comem frutas pelo menos uma vez ao dia, 16% comem vegetais e 8% consomem um ou mais refrigerantes por dia. O tempo de sono é outro dos parâmetros avaliados e neste, mais de um terço (39%) dorme menos de oito horas por noite. Por sua vez, no que respeita à atividade física regular, mais da metade (53%) pratica atividade física entre 3 e 6 vezes por semana, 12% referem usar o tempo livre a ver televisão e 21% a jogar no computador várias horas por dia, apresentando um estilo de vida sedentário preocupante. Já no que respeita ao consumo de cerveja, 4 em cada 100 adolescentes admitem beber todos os dias e 88% nunca beberam. No consumo de haxixe, 5 em cada 100 adolescentes, referem já ter experimentado.

Apesar dos dados aqui referidos, Machado (2020, p. 75) afirma que todos os indicadores são melhores do que há 20 anos, o que parece significar que “o Programa de Educação para a Saúde, aprovado no início do milénio pelos Ministérios da Saúde e da Educação, tem algum grau de eficácia nas escolas”.

Importa ainda fazer referência a um outro estudo, desta feita, da HBSC- Health Behaviour in School-aged Children (Gaspar, et al., 2022), que nos apresenta um relatório sobre a saúde dos adolescentes portugueses em contexto de pandemia, em que é possível fazer a comparação dos dados obtidos em 2022, com os dados daquela entidade obtidos em 2018, relativamente ao mesmo tema. Assim, e de acordo com referido estudo, verificamos um aumento de adolescentes não fumadores, de 93,7% no ano de 2018 para

95,1% no ano de 2022. Por sua vez e no que respeita ao consumo de álcool, verifica-se que o consumo de diferentes bebidas alcoólicas diminuiu em todos os tipos de bebidas, existindo também uma diminuição na frequência com que os mesmos se apresentam embriagados, que passa de 4,2% em 2018 para 3,9% em 2022. Relativamente ao consumo e ao experimentar de outras substâncias, estes valores mantiveram-se ou baixaram, sendo que se verifica uma exceção a esta situação no que respeita aos medicamentos, que passaram de 1,6% em 2018 para 1,9% em 2022.

Podemos ainda referir que, comparando os resultados de 2018 e de 2022, se verifica um aumento significativo da prática de atividade física pelos adolescentes (mais de 3 dias), de 43,1% em 2018 para 55,7% em 2022. Já no que se refere ao consumo do pequeno-almoço, todos os dias, durante a semana e ao fim-de-semana, verifica-se uma diminuição: durante a semana, de 71,8% em 2018 para 61,4% em 2022, e ao fim-de-semana, de 77,3% em 2018 para 67,6% em 2022. Por sua vez, o consumo de fruta 1 vez/dia diminuiu, de 45,3% em 2018 para 43,9% em 2022; o consumo de vegetais 1 vez/dia aumentou, de 33,2% em 2018 para 35,5% em 2022; o consumo de bebidas refrigerantes 1 vez/dia diminuiu, de 15,9% em 2018 para 12,2% em 2022; e o consumo de doces 1 vez/dia também diminuiu, de 15,7% para 13,2%. No que respeita à alimentação, importa ainda referir que o número de adolescentes a ir com fome para a cama ou para a escola por não ter comida em casa diminuiu, de 11% em 2018 para 9,3% em 2022.

No que diz respeito à qualidade do sono, destaca-se que, de 2018 para 2022, há menos adolescentes a referir dormir bem (94,6% em 2018 para 91,1% em 2022) e mais adolescentes a referir dormir pouco (59,7% em 2018 para 68,6% em 2022), sendo que o grau de sonolência aumentou de 2018 para 2022. Já em relação às vacinas, nota-se uma diminuição no número de adolescentes que considera que estas servem para proteger a sua saúde, passando de 74,3% em 2018 para 71,9% em 2022. Já na higiene oral, verifica-se um aumento na percentagem de adolescentes que lava os dentes mais do que uma vez por dia, passando de 69,4% em 2018 para 71,9% em 2022.

Nesta senda, atentos sobretudo aos valores referidos e em que se verificou uma diminuição dos comportamentos de risco por parte dos adolescentes, importa ainda referir o relevante papel assumido pelo poder local neste âmbito da educação para a saúde que, como afirma Loureiro (2013, p. 1), tem “vindo a desenvolver atividades com vista à

melhoria da educação, ao reforço das redes sociais para uma mais eficiente articulação entre instituições, de forma a contribuir para uma maior coesão social e para a promoção da saúde dos seus munícipes”. Mais recentemente, com a transferência de competências na área da saúde para as autarquias locais, reguladas pelo Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, os municípios passam a ser encarados como parceiros estratégicos do Serviço Nacional de Saúde, como se pode ler no preâmbulo deste normativo legal,

não se transferem para os municípios apenas competências de gestão, prevendo-se também o estabelecimento de uma parceria estratégica entre os municípios e o SNS relativa aos programas de prevenção da doença, com especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativo.

É deste modo que a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), que é composta pelos Municípios de Alvaiázere, Ansião, Batalha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Pedrógão Grande, Pombal e Porto de Mós, no âmbito da segunda fase do seu Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, tem vindo a capacitar docentes e técnicos dos 10 Municípios, para a implementação do Programa “A Aventura da Vida” junto dos alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade do 1.º Ciclo do Ensino Básico.

1.2. Poder Local – alargamento de competências

A descentralização da educação tem sido alvo de vários debates e foi algo que nos últimos anos assumiu um papel de maior destaque na agenda política nacional, sobretudo no que à transferência de competências para os Municípios diz respeito. Este processo de descentralização de competências no âmbito da Educação para o poder local teve início nos anos 80 do século passado verificando-se um poder reforçado dos Municípios no que às políticas públicas respeita. A Educação é uma das áreas onde esse poder tem vindo a ser claramente fortalecido.

Num momento em que foram concretizadas as aspirações da Administração Central no que respeita à transferência de competências na área da educação, por força da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, é estabelecido o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, sendo determinado que a referida

lei só produziria efeitos após a aprovação dos respectivos diplomas legais de âmbito setorial e estando garantido um regime de transição que permitisse que o órgão deliberativo dos Municípios, as Assembleias Municipais, pudessem deliberar, ou não, aceitar a transferência de competências, adiando, muitas vezes essa concretização.

Após inúmeros avanços e retrocessos, negociações e tomadas de posição, em 1 de abril de 2022, por força da Lei, deixou de ser possível adiar a transferência de competências consignadas pela Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro e verificou-se uma substancial reforma que veio impor a tão discutida e controversa transferência de competências para os Municípios. Em bom rigor, os Municípios que, não tendo chegado a acordo com o Ministério da Educação no período que mediou a publicação destes normativos legais e a possibilidade de a transferência de competências ocorrer de forma voluntária, em 1 de abril de 2022, viram-se a braços com um conjunto de novas competências para gerir.

Se é verdade que ao longo das últimas décadas se têm verificado várias tentativas de descentralização pela via normativa, na realidade, foram estes últimos anos que vieram dar um novo impulso a esta vontade da Administração Central, que se traduziu num processo demorado, caracterizado por vários momentos de tensão, com tomadas de posição dispares por parte dos 308 municípios e que culminou com a transferência de competências para os municípios que as aceitaram e também para aqueles que ainda hoje revelam reservas quanto à vantagem desta descentralização. Estamos perante um processo que não gerando consenso, é agora uma realidade e para o qual temos de olhar como um “novo paradigma organizacional que carece de adaptação e adoção pelos diversos atores envolvidos” (Lopes, 2020, p. 12).

Considerando que a transferência de competências no âmbito da educação não é uma novidade, importa fazer uma breve análise dos diplomas que foram, gradualmente, apoiando e sustentando essa mesma transferência nas últimas décadas. Em 1984 é publicado o Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro, que vem transferir para os Municípios as competências em matéria dos transportes escolares. Com este normativo legal inicia-se o processo de descentralização, tal como é referido no seu preâmbulo: “a primeira área de actuação da administração central a ser descentralizada”. Deste modo, passam os Municípios a ter de elaborar, anualmente, um Plano de Transportes Escolares e

a ter de criar um Conselho Consultivo de Transportes Escolares. No que concerne ao financiamento, é destinada uma verba do Orçamento de Estado, a ser transferida anualmente, para cada município. Verba essa que se previa acompanhar a evolução dos custos inerentes ao exercício da competência transferida.

Ainda no mesmo ano, é publicado o Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de dezembro, que veio estabelecer as normas relativas à transferência para os municípios das novas competências no âmbito da Ação Social Escolar, designadamente, no domínio dos refeitórios, do alojamento e dos auxílios económicos destinados às crianças da educação pré-escolar e aos alunos do ensino primário e do ciclo preparatório. Já em 1998, é publicado o Decreto-Lei n.º 115-A/1998, de 4 de maio, que veio aprovar o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos respetivos agrupamentos, sendo referido no seu preâmbulo que:

O presente diploma permite que sejam encontradas soluções organizativas adequadas às escolas de maior dimensão e às escolas mais pequenas e isoladas. Prevê-se igualmente o desenvolvimento de estratégias de agrupamento de escolas resultantes das dinâmicas locais e do levantamento rigoroso das necessidades educativas, designadamente através de cartas escolares concelhias. Preconiza-se, assim, a realização de uma política coerente e eficaz de rede educativa, numa lógica de ordenamento do território, de descentralização e de desenvolvimento económico, social e cultural sustentado e equilibrado.

Em 1999, é publicada a Lei n.º 159/99, de 14 de setembro que vem estabelecer uma panóplia de atribuições e competências a transferir para as autarquias locais, estando, as que se referem à educação, plasmadas no seu artigo 19.º. Já em 2003, é publicado o Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, que veio regulamentar os Conselhos Municipais de Educação, aprovar o processo de elaboração da Carta Educativa, transferindo, efetivamente, competências para as autarquias locais. Com este normativo legal, fica claro que o processo de descentralização é complexo e muitas vezes difícil de concretizar, como, aliás, se pode verificar ao ler no seu preâmbulo quando é dito que:

A Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, procurou estabelecer um quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais, determinando que a concretização dessas transferências se efetivasse através de diplomas específicos. O artigo 19.º da Lei n.º 159/99 elencou as competências a transferir na área da educação e do ensino não superior, tendo, sequencialmente, o artigo 13.º da Lei n.º 30-C/2000, de 29 de Dezembro, e o artigo 12.º da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de Dezembro, pretendido concretizar as mesmas. Tratou-se, no entanto, de uma intervenção meramente formal, que, em termos reais, nada acrescentou a estatuições anteriores constantes dos Decretos-Leis n.ºs 77/84, de 8 de Março, 299/84, de 5 de Setembro, 399-A/84, de 28 de Dezembro, e 115-A/98, de 4 de Maio.

O presente diploma visa suprir essa lacuna, transferindo efetivamente competências relativamente aos conselhos municipais de educação, um órgão essencial de institucionalização da intervenção das comunidades educativas a nível do concelho, e relativamente à elaboração da carta educativa, um instrumento fundamental de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino. Em termos complementares, o presente diploma regulamenta competências na área da realização de investimentos por parte dos municípios, nos domínios da construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico, referindo-se, ainda, à gestão do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e ensino.

Embora se tenha consciência de que o processo de descentralização é um processo evolutivo e, tendencialmente, passível de aperfeiçoamento permanente, o papel que o presente diploma atribui aos municípios em matéria de ordenamento da rede educativa, no conteúdo amplo que esta encerra, a par das competências que transfere para os mesmos na área da educação e do ensino não superior, somando-se às competências já detidas por eles na área da acção social escolar, constituem uma nova visão estrutural do sistema educativo português e um passo da maior importância,

no sentido da aproximação entre os cidadãos e o sistema educativo, e de co-responsabilização entre ambos quanto aos resultados deste.

Podemos assim afirmar que a criação dos Conselhos Municipais de Educação veio reconhecer e reforçar a importância atribuída ao poder local.

Em 2006, com a publicação da Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, é definido o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos de e para os estabelecimentos de educação e ensino, creches, jardins de infância e outras instalações ou espaços em que decorram atividades educativas ou formativas, competência que fora, como já vimos anteriormente, transferida para os municípios. Já em 2007, é publicada a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, que vem aprovar a Lei das Finanças Locais, referindo no seu artigo 2.º que:

O regime financeiro dos municípios e das freguesias respeita o princípio da coerência com o quadro de atribuições e competências que legalmente lhes está cometido, designadamente ao prever regras que visam assegurar o adequado financiamento de novas atribuições e competências.

Em 2008, com a publicação do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril é aprovado regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Podemos ler no seu preâmbulo o seguinte, no que respeita à transferência de competências:

Quanto à possibilidade de transferência de competências, o regime jurídico aprovado pelo presente decreto-lei mantém o princípio da contratualização da autonomia, estabelecendo os princípios fundamentais, mas flexibilizando e deixando para regulamentação posterior os procedimentos administrativos. A associação entre a transferência de competências e a avaliação externa da capacidade da escola para o seu exercício constitui um princípio fundamental. É a garantia da própria sustentabilidade da autonomia e do princípio da responsabilidade e da prestação de contas pelos recursos utilizados no serviço público, bem como de que este é efectivamente satisfeito em condições de equidade e qualidade.

Ainda no mesmo ano, em julho, é publicado o Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho, que acaba por ser o primeiro normativo legal que consolida as competências que a administração central já tinha transferido para a administração local e que pretende, ao mesmo tempo, alargar o seu âmbito a outros níveis de ensino. Assim, o referido normativo legal refere no seu preâmbulo que:

O Programa do XVII Governo prevê o lançamento de uma nova geração de políticas locais e de políticas sociais de proximidade, assentes em passos decisivos e estruturados no caminho de uma efectiva descentralização de competências para os municípios.

O objectivo central do Programa do Governo neste capítulo é o reforço e a qualificação do poder local.

Definido o modelo de relacionamento financeiro, de acordo com a previsão do fundo social municipal, na Lei de Finanças Locais, importa dar início a uma efectiva descentralização de competências que tenha como horizonte a transformação estrutural das políticas autárquicas, designadamente em matéria de educação, e no quadro do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo e do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Deste modo, com o Decreto de Lei nº 144/2008, de 28 de julho, são transferidas para os Municípios as competências relacionadas com o pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar; a componente de apoio à família, designadamente o fornecimento de refeições e apoio ao prolongamento de horário na educação pré-escolar, as atividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo do ensino básico, a gestão do parque escolar no 2º e 3º ciclo do ensino básico, a ação social escolar no 2º e 3º ciclo do ensino básico e os transportes escolares relativos ao 3º ciclo do ensino básico.

Já em 2013, é publicada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2013, de 19 de março, que veio criar o “Aproximar - Programa de Descentralização de Políticas Públicas”. Este programa, tem como sustentação aquilo que se pode ler no seu preâmbulo, quando é afirmado que:

uma agenda reformista e inovadora para a Administração Local assente na proximidade com os cidadãos e na descentralização administrativa, designadamente através da transferência de competências e recursos da administração central para os municípios e para as entidades intermunicipais, nas situações em que tal se justifique pela existência de ganhos de eficiência e eficácia no quadro das relações entre o Estado, a administração local e os cidadãos.

Por sua vez, no mesmo ano, é publicada a Lei 75/2013, de 12 de setembro, que vem estabelecer o regime jurídico das autarquias locais, aprovar o estatuto das entidades intermunicipais, estabelecer o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprovar o regime jurídico do associativismo autárquico. Nestes termos, a Lei 75/2013, de 12 de setembro determina que a transferência de competências tem um carácter definitivo e universal, de acordo com o preceituado no seu artigo 114.º e que a delegação de competências se formaliza mediante a celebração de contratos interadministrativos, conforme previsto no seu artigo 120.º.

Já em 2015, é publicado o Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, onde se estabelece o regime de delegação de competências nos municípios e entidades intermunicipais no domínio de funções sociais. No âmbito deste normativo legal é referido que, no domínio da educação, no que se refere ao ensino básico e secundário, são delegáveis nos órgãos dos municípios e das entidades intermunicipais várias competências, tais como: a definição do plano estratégico educativo municipal ou intermunicipal, da rede escolar e da oferta educativa e formativa; A gestão do calendário escolar; a gestão dos processos de matrículas e de colocação dos alunos; a gestão da orientação escolar; a decisão sobre recursos apresentados na sequência de instauração de processo disciplinar a alunos e de aplicação de sanção de transferência de estabelecimento de ensino; a gestão dos processos de ação social escolar; a definição de normas e critérios para o estabelecimento das ofertas educativas e formativas e respetiva distribuição, para os protocolos a estabelecer na formação em contexto de trabalho; a definição de componentes curriculares de base local, em articulação com as escolas; a definição de dispositivos de promoção do sucesso escolar e de estratégias de apoio aos alunos, em colaboração com as escolas; o recrutamento, gestão, alocação, formação e avaliação do desempenho do pessoal não docente; o recrutamento de pessoal para projetos específicos de base local; a gestão

orçamental e de recursos financeiros; a construção, requalificação, manutenção e conservação das infraestruturas escolares; a seleção, aquisição e gestão de equipamentos escolares, mobiliário, economato e material pedagógico. Todas estas competências passíveis de delegação, só podem ocorrer voluntariamente e mediante a celebração do um contrato interadministrativo que a sustente.

Já em 2018, com a publicação da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, é estabelecido o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, sendo determinado que a referida lei só produziria efeitos após a aprovação dos respetivos diplomas legais de âmbito setorial e estando garantido um regime de transição. É assim que, em 2019, é publicado o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, (retificado pela Declaração de retificação n.º 10/2019, de 25 de março e alterado pelo artigo 189.º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 29 de junho), que visa concretizar o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.

Conjugando a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, passam a ser competências dos Municípios, as seguintes: a elaboração da carta educativa; a elaboração do plano de transportes escolares; a construção, requalificação e modernização de edifícios escolares, em execução do planeamento definido pela carta educativa respetiva; a aquisição de equipamento de edifício escolar; a realização de intervenções de conservação, manutenção e pequena reparação em estabelecimentos da educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, com a exceção dos edifícios da Parque Escolar, E. P. E.; a ação social escolar; a gestão do fornecimento de refeições em refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário; a organização e controlo do funcionamento dos transportes escolares da área de residência dos alunos, nos termos definidos no respetivo plano de transportes; a gestão e funcionamento das residências escolares que integram a rede oficial de residências para estudantes; a gestão e funcionamento das modalidades de colocação junto de famílias de acolhimento e alojamento facultado por entidades privadas, mediante estabelecimento de acordos de cooperação; a promoção e implementação de medidas de apoio à família que garantam a escola a tempo inteiro; o recrutamento e seleção do pessoal não docente para exercer funções nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da rede escolar pública do Ministério da Educação; a contratação de fornecimentos e serviços externos

essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos; a gestão da utilização dos espaços que integram os estabelecimentos escolares, fora do período das atividades escolares, incluindo as atividades de enriquecimento curricular.

Resumindo, podemos afirmar que, de 1984 até 2008, tivemos uma produção legislativa avulsa e algo desarticulada e que a partir entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho assistimos a uma alteração no método, uma vez que se verifica uma produção legislativa concentrada em diplomas únicos. Importa ainda reforçar a característica única do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, que congrega num só diploma todas as matérias a descentralizar e o facto de ter uma aplicação universal.

A educação é, deste modo e desde há já muitos anos, uma prioridade dos Municípios Portugueses. São estes, na sua essência, os verdadeiros conhecedores das realidades locais e aqueles que são, em permanência, convidados a suprir necessidades no âmbito da Educação, quer as mesmas decorram, ou não, de imperativos legais. Houve, ao longo dos anos, uma evolução lenta e por vezes confusa daquilo que hoje, de uma forma mais clara, conhecemos como sendo as competências que foram sendo transferidas da administração central para os municípios. Fomos assistindo a uma nova configuração do papel do Estado no que à Educação diz respeito e, conseqüentemente, o Local passou a “a afirmar-se como referencial das políticas educativas” (Barroso, 2013, p.13).

A descentralização é entendida como um processo, devidamente identificado na Constituição da República Portuguesa, e que, em princípio, se traduziria numa evolução da organização do Estado, uma vez que tem como fim o aumento da eficiência e eficácia da gestão dos recursos e prestação de serviços públicos pelas entidades locais. Não descurando este fim em si, importa referir que, ao longo dos anos, muitas têm sido as lutas dos Municípios, através da sua representante, a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Corria o ano 2000, e já a Associação Nacional de Municípios Portugueses alertava para as

questões que se colocam na transferência para os Municípios de novas competências na área da Educação, conforme previsto na Lei 159/99, bem como encontrar as melhores formas de as levar à prática, tendo em vista os futuros diplomas regulamentares que a Lei estipula. (ANMP, 2000, p.1)

Aquela Associação, referia ainda que, do ponto de vista dos Municípios, se verificava a necessidade de “arrumar e consolidar de competências anteriormente transferidas de forma avulsa e descoordenada”. Alertava para as “contradições entre a Lei nº. 159/99, o D.L. 115-A/98, e o DL 515/99, em matéria de gestão de pessoal, que conflituam entre a Escola e o Município”, manifestando uma grande preocupação em relação à necessidade de “identificar e avaliar as consequências, em termos financeiros, que decorrerão para os Municípios” das transferências decorrentes da publicação da Lei nº. 159/99, de 14 de setembro. (ANMP, 2000, pp.1-2).

Como referido anteriormente, a publicação deste normativo legal, acabou por resultar numa mera formalidade que na realidade nada veio acrescentar, como se constata da leitura do preâmbulo do diploma legal que se lhe seguiu, o Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro. Já em 2004, a ANMP, no XIV Congresso, realizado no Funchal, nos dias 2 e 3 de abril, decidiu:

Propor à Assembleia da República, às Assembleias Legislativas Regionais e ao Governo que, ao abrigo das normas dos artigos. 3.º e 4.º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, e do artigo 15.º da Lei 107-B/03, de 31 de Dezembro, seja viabilizado o acesso dos Municípios, (...) que nesse sentido manifestem interesse, e através de contratualização tipificada, durante o ano de 2004, às seguintes competências com os correspondentes meios financeiros: (...) instalação e gestão dos estabelecimentos e do pessoal docente e não docente de educação pré-escolar e do 1.º Ciclo do ensino básico”. (ANMP, 2004, pp.1-2).

Decorria o ano de 2007, quando no XVII Congresso da ANMP, voltou a ser reiterada a necessidade de regulamentar e consolidar

as actuais competências municipais ainda carentes de ajustamentos e a transferência de novas competências envolvidas na Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, bem como aprovadas as Cartas Escolares, não deverá avançar nada que se relacione com os 2.º e 3.º Ciclos. (...) O Ministério da Educação deverá urgentemente resolver as contradições existentes entre o Decreto-Lei nº 115-A/98, a Lei nº. 159/99 e o Decreto-Lei nº 515/99, os quais conflituam entre Escolas e Municípios, em matéria

de gestão de recursos humanos, sem o que este processo, não consolidado, poderá recuar por recusa de participação dos Municípios. (ANMP, 2007, p.1).

Tendo sido aqui apontados meros exemplos, muitas foram as tentativas de chegar a acordo, negociar, apontar caminhos e discutir a descentralização com a Administração Central ao longo dos anos. No entanto, o ponto de maior clivagem acontece em 1 de abril de 2022, quando, sem possibilidade de adiamento, se concretiza legalmente a transferência de competências preconizadas na Lei nº 50/2018, de 16 de agosto e no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Revelador dessa necessidade de articulação, das muitas dúvidas e do descontentamento dos Municípios com este processo de transferência de competências é o hiato de tempo que decorreu entre a concretização da transferência de competências (1 de abril) e a chegada a acordo entre a ANMP e o Governo que se concretizou com a assinatura do Acordo Setorial de Compromisso entre o Governo e a ANMP, celebrado em 22 de julho de 2022.

1.3. A Intermunicipalidade

A Administração Central foi, gradualmente, descentralizando para os Municípios, alguns dos seus poderes. Perante esta circunstância, os municípios com menos recursos para fazer face a estas novas responsabilidades confrontaram-se com a necessidade de, em estreita cooperação, se ajudarem mutuamente. Podemos assim afirmar que esta é a origem da intermunicipalidade e que esta cooperação entre municípios acabou por ser formalizada com a publicação da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o estatuto das entidades intermunicipais.

As Entidades Intermunicipais, segundo Filipe Borges (2020, p.1), traduzem-se na livre associação de municípios, dentro do enquadramento jurídico nacional, mediante a criação de uma entidade local superior, à qual os municípios associados delegam parte das funções ou competências que lhes são conferidas pela lei, com o objetivo de prestar serviços a todos os seus membros.

Conforme preceituado no n.º 3 do artigo 63.º do normativo legal acima referenciado, como entidades intermunicipais podemos encontrar as Comunidades Intermunicipais e as Áreas Metropolitanas.

As entidades intermunicipais podem ser apontadas como um exemplo de economia de escala, pois é mais fácil implementar estratégias quando são acordadas entre vários concelhos, abrangendo um território maior e um número maior de utilizadores pagantes. Isso resulta na diminuição do custo unitário de um serviço ou bem que se reflete essencialmente nos municípios de menor dimensão e que, de outro modo, se veriam impossibilitados de proporcionar aos seus munícipes oportunidades que só são passíveis de alcançar em escala.

Atualmente, em Portugal, existem 2 Áreas Metropolitanas, as de Lisboa e Porto e 21 Comunidades Intermunicipais, designadamente: Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central; Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral; Comunidade Intermunicipal do Algarve; Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo; Comunidade Intermunicipal do Alto Minho; Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega; Comunidade Intermunicipal do Ave; Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo; Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa; Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela; Comunidade Intermunicipal do Cávado; Comunidade Intermunicipal do Douro; Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo; Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo; Comunidade Intermunicipal do Oeste; Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro; Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra; Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria; Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa; Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes; Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.

Importa ainda referir que ao nível organizativo e de acordo com o artigo n.º 82º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, as Comunidades Intermunicipais, uma vez que o objeto de estudo deste trabalho incide na Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, são constituídas por:

- **Uma Assembleia Intermunicipal** que, por sua vez, é composta por membros de cada Assembleia municipal, eleitos proporcionalmente. A esta Assembleia compete eleger a Mesa da Assembleia Intermunicipal, aprovar as opções do plano e as suas revisões, eleger

o Secretariado Executivo Intermunicipal, aprovar o regimento e os regulamentos e exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos por lei, bem como, aprovar moções de censura ao Secretariado Executivo Intermunicipal;

- **Um Conselho Intermunicipal** que é composto pelos Presidentes de Câmara dos municípios que integram a comunidade intermunicipal. Este Conselho tem um presidente e dois vice-presidentes e compete-lhe, entre outras funções, definir e aprovar as opções políticas e estratégicas da Comunidade Intermunicipal, submeter à Assembleia Intermunicipal a proposta do plano de ação da Comunidade Intermunicipal, aprovar os planos, os programas e os projetos de investimento e desenvolvimento, propor ao governo os planos e representar a Comunidade Intermunicipal perante quaisquer entidades externas, com faculdade de delegação no Secretariado Executivo Intermunicipal.

- **Um Secretariado Executivo Intermunicipal** que é composto por um primeiro-secretário e, mediante deliberação tomada por unanimidade pelo Conselho Intermunicipal, poderá ter até dois secretários intermunicipais. Compete ao Secretariado Executivo Intermunicipal, entre outras funções, elaborar e submeter à aprovação do Conselho Intermunicipal os planos necessários à realização das atribuições intermunicipais, participar no planeamento que diretamente se relacione com as atribuições da Comunidade Intermunicipal, assegurar a articulação entre os municípios e os serviços da administração central, participar na gestão de programas de desenvolvimento regional e apresentar candidaturas a financiamentos através de programas, projetos e demais iniciativas, executar as opções do plano e orçamento, preparar para o Conselho Intermunicipal a norma de controlo interno, bem como o inventário de bens direitos e obrigações patrimoniais da Comunidade Intermunicipal e respetiva avaliação e participar em órgãos de gestão de entidade da administração central

- **Um Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal** que, por sua vez, é um órgão de natureza consultiva destinado a apoiar o processo de decisão dos restantes órgãos da Comunidade Intermunicipal. Este Conselho é constituído pelos representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais. Compete ao Conselho Intermunicipal deliberar sobre a composição em concreto do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal.

Já no âmbito da Educação, as Entidades Intermunicipais dispõem de competências próprias que, por sua vez, foram regulamentadas pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e que se prendem com o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e o planeamento da oferta educativa de nível supramunicipal como determinado no seu artigo 31.º. No caso particular das Comunidades Intermunicipais, tal como afirma Diogo Antunes (2017, p. 62), estas,

são fundamentais para o futuro do país e podem realmente ser uma solução para melhorar as condições, não só da governação local, mas também para aliviar pressões do Governo Central. A criação deste estrato de governação entre central e local parece ser a solução para uma melhor ligação entre ambos.

1.3.1. CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria

Com a publicação da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram introduzidas mudanças no mapa administrativo de Portugal, especialmente na definição da escala entre municípios e na reorganização do mapa das NUTS III. Essas mudanças afetaram duas comunidades intermunicipais existentes na época: a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral (CIMPL) e a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (CIMPIN). É assim que surge uma nova Comunidade Intermunicipal, a designada Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), que passou a ser composta por cinco municípios que integravam a CIMPL - Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal e Porto de Mós - e mais cinco municípios que integravam a CIMPIN - Alvaiázere, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera e Pedrógão Grande.

Considerando que os dez concelhos que compõem a CIMRL apresentavam uma evidente divisão entre litoral e interior, caracterizada também por diferenças populacionais relevantes quando se comparavam os municípios do Pinhal Interior Norte com a sub-região do Pinhal Litoral, verificou-se a necessidade de promover políticas que pudessem compensar os concelhos mais desfavorecidos. Surge assim, em 2014, a definição de uma Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Leiria, assente nos seguintes eixos de intervenção:

- Simplificação administrativa;
- Educação e competências;

- Coesão Social;
- Gestão de Recursos;
- Alterações Climáticas;
- Investigação e desenvolvimento, Inovação e Internacionalização;
- Empreendedorismo;
- Sociedade Digital;
- Requalificação Urbana;
- Especialização inteligente.

Ainda de acordo com a CIMRL (2014, p. 55) e no que à educação diz respeito, por ser a nossa área de estudo, pretendia-se:

- Promover um equilíbrio entre a aposta na educação para adultos e a capacidade produtiva do território, bem como adaptar esses cursos para a promoção de iniciativas de empreendedorismo, não limitando a idade até aos 35 anos.
- Garantir um maior acompanhamento da escola junto da família, responsabilização das escolas e das comunidades educativas pelo seu contributo para a concretização dos objetivos nacionais de melhoria das competências básicas dos alunos e do alargamento da escolaridade obrigatória.

1.3.2. PIICIE – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar

O PIICIE-CIMRL – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria resulta de estratégia de âmbito intermunicipal, promotora de dinâmicas colaborativas e trabalho em rede para a promoção do sucesso escolar. Pretende materializar o objetivo de desenvolvimento sustentável 4: “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (UNESCO, 2021), baseando-

se num processo de sinalização, avaliação, intervenção a vários níveis e respetiva monitorização da qualidade do ambiente de aprendizagem e ensino.

Podemos elencar como objetivos do PIICIE:

- A promoção das aprendizagens e da autorregulação da criança;
- A promoção de um desenvolvimento saudável da linguagem, da leitura e da escrita;
- A promoção da saúde e do bem-estar da criança;
- A redução do mal-estar psicossocial das crianças integradas em grupos vulneráveis;
- A diminuição do impacto negativo causado pelas Barreiras à Aprendizagem Inclusiva na aprendizagem e no sucesso escolar;
- A promoção de competências no âmbito da parentalidade positiva;
- A promoção de ambientes de aprendizagem positivos;
- A promoção de dinâmicas de trabalho colaborativo;
- A promoção da inovação e da mudança organizacional.

Segundo informação recolhida no site institucional da CIMRL (CIMRL, 2024), é possível verificar que aquela Comunidade Intermunicipal, com vista a dar continuidade ao trabalho iniciado no ano letivo de 2017/2018, nas escolas de educação pré-escolar e 1º ciclo de ensino básico da Região, avançou para uma segunda fase do PIICIE, cujo período temporal definido é de 2020-2030. Para a concretização desta 2.ª fase do PIICIE da CIMRL, foi elaborado um programa de ação que compreende 4 atividades de carácter intermunicipal, designadamente: Atividade 1 – “Leiria TEAM – Sim (juntos) somos mais capazes!”; Atividade 2 - LEIRIA ON - “Territórios Educativos Inovadores”; Atividade 3 – “LEIRIA.TALKS”: Boas Práticas em Educação”; Atividade 4 - "LEIRIA.REC. Estas atividades subdividem-se em ações a desenvolver nos 10 Municípios e abrangem áreas, tais como, a partilha de boas práticas educativas, a educação para a inclusão social e para a igualdade de género, a educação para a saúde, cidadania e bem-estar, a educação para o

património e a multiculturalidade e a educação para o ambiente, a ciência e as artes, com o objetivo de contribuir para a promoção do sucesso escolar na Região de Leiria,

O programa de ação do PIICIE da Região de Leiria também contempla a promoção de ações de capacitação; campanhas de sensibilização, informação e divulgação; visitas de estudo e intercâmbios de boas práticas educativas nacionais e internacionais, recursos pedagógicos nas áreas da saúde e do bem-estar, da inclusão e da igualdade de género, bem como outras iniciativas que visam a promoção do conhecimento e do saber nas diversas áreas, que promovam a aproximação dos alunos e das escolas à família e à comunidade.

No que respeita ao objetivo em estudo neste trabalho, importa aprofundar a atividade 2 - LEIRIA ON - “Territórios Educativos Inovadores” que é aquela em que se visa a promoção de atividades com caráter inovador, promotoras da inclusão, da igualdade, da cidadania e da multiculturalidade, da saúde e bem-estar, entre outras. Esta atividade, por sua vez, divide-se em 4 sub-atividades e consubstancia o desenvolvimento de metodologias inovadoras que possam contribuir para o envolvimento dos alunos nestes projetos, favorecendo a aproximação à comunidade e ao contexto local e regional destes territórios. Uma das áreas privilegiadas foi a da Educação para a Saúde e Bem-estar, implementada no ano letivo de 2020/2021 e cujo objetivo principal consistia na dinamização de ações de promoção da saúde e do bem-estar, dando continuidade à promoção da consciencialização dos alunos e, de uma forma geral, de toda a comunidade educativa, para a promoção de hábitos de vida saudável, que pudessem potenciar o sucesso educativo, complementando outros programas de promoção do sucesso escolar, já existentes na Região.

Nesta área e no que à capacitação de professores dizia respeito, com a pandemia, verificou-se a necessidade de ajustar a uma nova realidade o plano de ação definido. Foi assim que se afirmou a parceria com a Universidade Aberta, Instituição do Ensino Superior que possui 2 Centros Locais de Aprendizagem na Região de Leiria (Porto de Mós e Ansião) e que permitiu a capacitação de professores e técnicos para a aplicação dos recursos pedagógicos impressos e distribuídos na 1ª fase do projeto, designadamente aqueles que respeitavam ao Programa “A Aventura da Vida”.

Importa, por fim, referir que o PIICIE – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Região de Leiria tem contado com o apoio da União Europeia e do Portugal 2020, através do Fundo Social Europeu, no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro 2020.

1.4. A Importância do Clima de Escola no bem-estar dos Alunos

A escola é um lugar em constante movimento, onde diferentes expectativas e desejos convivem e se desenvolvem. O clima escolar é formado pela interação entre pessoas de diferentes origens sociais e culturais, com ideias e opiniões divergentes, o que pode gerar situações de diferença ou conflito. Assim, é essencial compreender as opiniões dos alunos, que são os atores educacionais, sobre diversos aspectos da escola. Isso inclui a sua percepção sobre a instituição em si, o que eles aprendem, as relações interpessoais, os conflitos, a sua participação na vida escolar e as condições físicas proporcionadas pela própria escola.

Tal como refere Alda Ceia (2011), o clima de escola é determinado pelas características, comportamentos, aptidões, valores e expectativas das pessoas que fazem parte dela e pela forma como essas pessoas percebem e influenciam a realidade da escola. É uma combinação de elementos organizacionais, psicológicos, psicossociais e culturais da escola e dos seus membros. Embora o conceito de clima de escola possa ser subjetivo, os profissionais da educação percebem, no dia a dia, as particularidades e especificidades da vida escolar. Quando sentimos que o clima é agradável, a nossa qualidade de vida é melhor e tendemos a estar mais disponíveis para os outros e para as tarefas que precisamos realizar.

O aparecimento de problemas como a violência nas cidades, os conflitos étnicos e religiosos vieram revelar as fraquezas das democracias, como o individualismo e a falta de solidariedade. Perante esta realidade, a escola não pode limitar o seu papel apenas à instrução dos alunos. E nesse sentido, Perrenoud (2002) convida as escolas e os professores que não aceitam essa realidade a defenderem uma sociedade com valores igualitários e democráticos. Para o efeito, argumenta que é fundamental promover a educação para a cidadania, o que significa ajudar os alunos a tornarem-se autónomos e a terem um

pensamento crítico. Para alcançar esse objetivo, é necessário relacionar a socialização com o conhecimento através da prática de um ensino por competências.

Em suma, se o clima escolar se refere ao ambiente emocional e social que existe na escola, um clima escolar positivo é caracterizado por relações saudáveis entre os membros da comunidade escolar, um sentimento de segurança e apoio para os alunos, bem como um clima geral de respeito e tolerância. Um clima escolar negativo, por outro lado, pode ser caracterizado por bullying, intimidação, desrespeito e conflitos entre os membros da comunidade escolar. Recorrendo à metáfora do iceberg, podemos afirmar que o clima escolar é a parte mais visível deste, a designada “ponta do iceberg”, aquele que, segundo Saraiva e Almeida (2017, p. 30) “retrata o grau de satisfação material e emocional das pessoas no trabalho e influencia de modo profundo a motivação, a satisfação no trabalho e a produtividade do indivíduo e, conseqüentemente, os resultados alcançados”.

Um clima escolar hostil pode afetar negativamente o desempenho dos alunos e dos restantes agentes educativos, criando um ambiente de exclusão e isolamento, comprometendo o seu bem-estar. Por outro lado, investir em Programas como “A Aventura da Vida”, pode contribuir para uma melhoria dos comportamentos e atitudes gerando, conseqüentemente, um clima escolar mais positivo que, por sua vez, pode contribuir para motivar os alunos e criar um ambiente propício para a aprendizagem e para o desenvolvimento pessoal.

Neste sentido, o Programa “A Aventura da Vida” e de acordo com a informação recolhida na página online da Fundación Edex¹, visa trabalhar competências, em áreas como a empatia, a comunicação assertiva, a gestão de emoções e sentimentos, as relações interpessoais, a gestão de tensões e do stress, aprender a lidar com problemas e conflitos, promoção do autoconhecimento, do pensamento criativo, do pensamento crítico, entre outras, contribuindo para o incremento de um clima escolar positivo, onde os alunos se possam sentir emocionalmente e fisicamente mais seguros, onde os professores se sintam mais envolvidos e solidários e, também, os pais, se sintam motivados a participar nas atividades da escola.

¹ <http://aaventuradavida.com/>

1.5. A Liderança dos Professores e o Programa “A Aventura da Vida”

A educação é encarada na atualidade como um empreendimento altamente intelectual que assenta em comunidades profissionais, nas quais os professores assumem variadíssimos papéis, designadamente o de investigadores e mentores, sendo assim, os responsáveis pelas aprendizagens dos alunos e até pela aprendizagem entre e com os colegas de profissão. Os professores líderes podem ser também considerados como intelectuais que podem fazer a diferença nas suas escolas e na profissão docente porque é através desta atitude que se poderá ampliar o verdadeiro significado daquilo que é a nobre tarefa de ser professor.

Ao observarmos a capacitação no âmbito do Programa “A Aventura da vida” neste contexto, podemos concluir que os professores que frequentaram e concluíram esta ação, de certo modo se assumiram como líderes, uma vez que, tal como referem Lieberman e Miller (2005, p. 153) “influenciar as práticas organizacionais das escolas e trabalhar para distribuir recursos de forma equitativa, mantendo altos padrões e dando a todos os alunos uma variedade de oportunidades para aprender e participar nas suas escolas” é uma das características da liderança dos professores. Nestes termos, importa aqui considerar que a liderança nas escolas não está reservada àqueles que ocupam cargos formais dentro da organização escolar e que é esta mudança, a observância dos cargos informais, que permite a oportunidade de todos os professores se tornarem/serem líderes.

Na perspetiva da liderança, os professores líderes acabam assim, por ser também aqueles que procuram melhorar o processo de ensino e aprendizagem, criando uma visão para a sua profissão. São eles, desta forma, os verdadeiros impulsionadores da prática colaborativa, da aprendizagem, da reflexão e da pesquisa que, ao participarem e ao envolverem-se em projetos como este que aqui apresentamos, visam a melhoria das práticas educativas.

Importa, contudo, referir que essa capacidade dos professores se mobilizarem e inovarem, reconhecendo o seu potencial de liderança, assumindo um papel que pode ser decisivo no processo de mudança da escola como comunidade de aprendizagem, se confronta com inúmeras dificuldades, um conjunto de barreiras e constrangimentos que podem levar ao comprometimento dessa mesma tarefa. Neste âmbito, Maria Flores (2016), fundamentada num projeto de investigação denominado “Teachers exercising leadership”,

(2011-2014), que teve como objeto o estudo do profissionalismo dos professores através da prática de competências de liderança, entendidas não só no contexto do ensino e aprendizagem na sala de aula, mas também no contexto da inovação e construção do conhecimento dentro e fora da sala de aula, apresenta algumas reflexões acerca do tema, nomeadamente:

- **Motivação dos professores** – Neste âmbito, os professores, em Portugal, consideram que a sua motivação tem vindo a diminuir substancialmente e que essa situação se deve, essencialmente, a fatores internos e externos, na medida em que se verifica a ausência de reconhecimento do seu trabalho, uma imensidão de diplomas legais que têm de acompanhar, um aumento do volume de trabalho e as inúmeras tarefas e pedidos a que têm de dar resposta, bem como a criação dos mega agrupamentos, a precariedade laboral, o congelamento da carreira docente, a avaliação do desempenho e a desvalorização do estatuto socioeconómico da profissão;

- **Perceção sobre a evolução do trabalho docente** – Neste sentido, os professores apontam para a burocracia como uma prática cada vez mais recorrente, um aumento da carga de trabalho, um maior controle sobre o que desenvolvem, que vem, na grande maioria das vezes, acompanhado de um conjunto de críticas ao seu desempenho, situações que segundo os mesmos, só contribuem para uma profissão docente cada vez mais deteriorada.

- **Visões sobre a liderança** – Neste aspeto, os professores identificam a sua liderança naquela que não se traduz apenas no exercício de cargos formais, mas que se concretiza num âmbito mais alargado, onde os conhecimentos, a capacidade de decisão e a aptidão para influenciar os outros assume particular relevância, uma vez que é esta liderança dos professores, sobretudo em contexto de sala de aula, que contribui para que os mesmos consigam fazer a diferença, afirmando-se como verdadeiros líderes. Ainda que considerem também que este tipo de liderança está ameaçado, uma vez que se deparam com uma enorme instabilidade socioeconómica e legislativa, que se vem juntar aos muitos desafios que, diariamente, têm de enfrentar e resolver.

Em suma, e tendo também presentes os constrangimentos e dificuldades já elencados, podemos relacionar o facto de a liderança dos professores consubstanciar uma oportunidade para a concretização de iniciativas como a capacitação dos docentes para a implementação de Programas como o da “Aventura da Vida”. Mas podemos relacionar também o facto de existirem algumas dificuldades de mobilização de professores para

ações desta natureza. Não sendo fator único, porque o isolamento e o individualismo dos professores também são circunstâncias que podem justificar esta situação, a verdade é que em alguns casos, a ausência de motivação dos professores, a própria visão sobre a liderança e a percepção da evolução do trabalho docente, no sentido em que as descrevemos acima, podem contribuir para a inexistência de vontade em investir em novas capacitações, novos projetos e até em inovar, comprometendo a liderança dos professores no desenvolvimento do currículo e dos seus alunos, uma vez que fica comprometido o investimento que os professores fazem no seu desenvolvimento pessoal e profissional.

De modo a superar estas dificuldades, tal como referem Antunes e Silva (2015, p. 87) verifica-se a

necessidade de promover condições favoráveis ao desempenho da liderança tais como culturas escolares profissionais colaborativas, apoio e encorajamento para esta tarefa, oportunidade para o desenvolvimento profissional no contexto de trabalho, construção de conhecimento profissional a partir das vivências e relatos de experiências de liderança docente, e apoio por parte da direção da escola ou agrupamento de escolas.

Deste modo, consideramos que a aposta passa pelo desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes, se pretendemos uma melhoria efetiva do serviço educativo que promova uma aprendizagem de qualidade para todos os alunos. Para que tal possa ser uma realidade, além das apontadas, há um conjunto de outras circunstâncias e medidas que necessitam de mudança, uma vez que só haverá professores comprometidos se estes se sentirem motivados, reconhecidos, valorizados e devidamente integrados numa carreira em evolução que possa contrariar aquilo que os mesmos consideram ser a atual degradação da profissão e das suas condições laborais. Sendo esta uma realidade, resta-nos a esperança de que os professores líderes, mesmo conscientes das circunstâncias que envolvem a prática da docência na atualidade, continuem a ser capazes de influenciar os seus colegas, reinventar a profissão ao promoverem práticas colaborativas, inovação e melhorias na educação, bem como, inspirar toda a comunidade educativa. Tal como Lieberman e Miller (2005, p. 161) referem, são estes professores que:

não pretendem desistir de seus alunos ou uns dos outros. Eles planejam continuar assumindo a responsabilidade de aprofundar sua própria prática e

a de seus colegas. Eles estão determinados a se tornar os arquitetos de comunidades profissionais vibrantes nas quais os professores assumem a liderança na invenção de novas possibilidades para seus alunos e para si mesmos.

Deste modo, são os professores líderes os portadores da esperança, os verdadeiros impulsionadores da prática colaborativa, da aprendizagem, da reflexão e da pesquisa que, ao participarem e ao envolverem-se em projetos como “A Aventura da Vida”, visam a melhoria das práticas educativas e uma consequente valoração da aprendizagem dos alunos.

CAPÍTULO 2
METODOLOGIA

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA

2.1. Caracterização do contexto geral em que ocorreu a pesquisa

O presente estudo foi realizado nas Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico que integram os Municípios da CIMRL, onde foi implementado o Programa “A Aventura da Vida”, na sequência das ações de capacitação desenvolvidas com professores e técnicos das equipas Multidisciplinares do PIICIE – Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria. Segundo Henriques e Molero (2022), foram promovidas duas ações de capacitação. Uma primeira onde participaram os Técnicos do PIICIE e uma segunda dirigida aos Professores, com duas edições, sendo que se pretendia que os primeiros pudessem apoiar os segundos aquando da aplicação do Programa junto dos alunos. Assim, e uma vez que os agentes principais da aplicação do Programa foram Professores, optou-se por definir que seriam os mesmos a ser convidados a participar nesta investigação. Por sua vez, no que respeita aos alunos, foi possível contar com a participação de duas turmas de uma escola pertencente a um dos Agrupamentos de Escolas identificadas no âmbito deste estudo.

Os participantes na investigação foram então, 18 Professores dos 20 que frequentaram a ação de capacitação do Programa “A Aventura da Vida”, bem como 32 alunos do 1.º CEB de uma escola onde foi implementado este Programa.

2.2. Opções Metodológicas

Tendo em conta que pretendemos perceber: **Que efeitos e impactos da capacitação e da implementação do Programa "A Aventura da Vida" são percebidos por professores e alunos** – mais especificamente,

- Conhecer e caracterizar a perceção dos professores sobre os efeitos e impactos da aplicação do Programa “A Aventura da Vida” – educação para a saúde;
- Analisar os fatores que facilitam e ou dificultam o envolvimento dos professores na implementação do Programa “A Aventura da Vida”;
- Conhecer as práticas dos professores no desenvolvimento da aplicação do Programa “A Aventura da Vida”;

- Conhecer a percepção dos alunos sobre os efeitos e impactos da aplicação do Programa “A Aventura da Vida” – educação para a saúde,

optámos pela realização de um estudo misto, na medida em que, tal como afirma Dal-Farra e Lopes (2014, p. 67) “a conjugação de elementos qualitativos e quantitativos possibilita ampliar a obtenção de resultados em abordagens investigativas, proporcionando ganhos relevantes para as pesquisas complexas realizadas no campo da Educação.”

As metodologias quantitativa e qualitativa, conforme argumentam Minayo e Sanches (1993, p. 247), “são de natureza diferenciada, mas se complementam na compreensão da realidade”. Isto é, não são intrinsecamente boas ou más. Elas apenas se mostram mais ou menos adequadas, dependendo dos problemas que se pretendem resolver, dos objetivos que se pretendem alcançar e da realidade que se procura compreender.

E se é verdade que alguns dos objetivos formulados no nosso estudo nos orientam para a análise documental, devido à natureza das fontes de dados disponíveis e, conseqüentemente, para estudos qualitativos, a verdade é que outros nos conduzem para uma abordagem quantitativa. É também por esse motivo que procuraremos utilizar diferentes métodos e fontes (triangulação), sendo que esta é uma forma de aumentar a complexidade, riqueza e rigor na compreensão do objeto de estudo, contribuindo também para a melhoria da sua validade, tanto interna quanto externa.

Assim, ao analisarmos os Projetos Educativos dos 7 Agrupamentos de Escolas, de onde são oriundos os Professores participantes neste estudo, bem como as ações de capacitação do Programa “A Aventura da Vida” e os Relatórios da CIMRL, estaremos a socorrer-nos da abordagem qualitativa e da análise documental. Por sua vez, através dos inquéritos por questionário aplicados aos Professores que frequentaram e concluíram com sucesso as ações de capacitação promovidas no âmbito do Programa “A Aventura da Vida”, uma vez que pretendemos incluir questões abertas e fechadas, estamos a socorrer-nos de uma metodologia qualitativa e quantitativa.

A este propósito, importa referir que, tal como afirma Moraes e Neves (2007, p. 1) “diferentes métodos de análise são úteis porque se dirigem para diferentes tipos de questões, começaram-se a utilizar simultaneamente ambos os tipos de técnicas - qualitativas e quantitativas”.

2.3. Técnicas de Investigação, Instrumentos de Pesquisa e Tratamento de Dados

O estudo em apreço permitiu recorrer a vários instrumentos e técnicas para a recolha de dados. Assim, de modo a **analisar os fatores que facilitam e ou dificultam o envolvimento dos professores na implementação do Programa “A Aventura da Vida”** e com vista a **conhecer as práticas adotadas pelos professores no desenvolvimento da aplicação do Programa** foi efetuada uma pesquisa documental, com recurso a grelhas de análise documental, nos seguintes termos:

Quadro 2.3.1 – Estrutura da grelha de análise documental - Analisar os fatores que facilitam e ou dificultam o envolvimento dos professores na implementação do Programa “A Aventura da Vida”

OBJETIVO GERAL	OBJETIVO ESPECÍFICO	CONCEITOS	INDICADORES	OBSERVÁVEIS
Que efeitos e impactos da capacitação e da implementação do Programa "A Aventura da Vida" são percebidos por professores e alunos?	Analisar os fatores que facilitam e ou dificultam o envolvimento dos professores na implementação do Programa "A Aventura da Vida"	Poder Local	Transferência e alargamento de competências	Normativos legais
		Intermunicipalidade - CIMRL - PIICIE	Projetos no âmbito da Educação	Rel. de Acomp. das Ativ. PIICIE 21_22/22_23
		Clima de escola	Envolvimento	Projetos Educativos dos Agrupamentos de Escolas envolvidos
			Sentimento de Pertença	
			Satisfação com a escola	
		Liderança dos Professores	Motivação	
			Trabalho Docente	
Visões sobre a liderança				

Quadro 2.3.2 – Estrutura da grelha de análise documental - Conhecer as práticas dos professores no desenvolvimento da aplicação do Programa “A Aventura da Vida”

OBJETIVO GERAL	OBJETIVO ESPECÍFICO	CONCEITOS	INDICADORES	OBSERVÁVEIS
Que efeitos e impactos da capacitação e da implementação do Programa "A Aventura da Vida" são percebidos por professores e alunos?	Conhecer as práticas dos professores no desenvolvimento da aplicação do Programa "A Aventura da Vida"	Liderança dos Professores – Interesse dos Professores	Motivação	Plataforma da Universidade Aberta – Ações de Capacitação
			Trabalho Docente	
			Visões sobre a liderança	
		Habilidades para a vida- Interesse dos alunos	Autoconhecimento	
			Gestão de Conflitos	
			Autoconfiança	

A escolha da pesquisa documental para este efeito, aconteceu uma vez que a mesma “favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros.” (Silva, Almeida & Guindani, 2019, p. 2). Os mesmos autores referem ainda que é essa

análise dos documentos que vai permitir produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência. (Silva, Almeida & Guindani, 2019, p. 10)

Em suma, após a seleção de documentos e análise preliminar, pudémos proceder à análise dos dados e fornecer uma interpretação consistente, tendo em conta o Objetivo Geral e os Objetivos Específicos em análise.

Com recurso a uma grelha de análise de conteúdo que incidiu sobre os documentos acima identificados, procedeu-se à exploração do material recolhido e respetivo tratamento dos dados através da análise de conteúdo. Visámos inferir e interpretar, através dos dados recolhidos, se estes documentos contemplavam atividades e/ou estratégias para promover educação para a saúde junto dos alunos. Segundo Maroy (1997), a grelha de análise de conteúdo é uma ferramenta utilizada para reduzir dados, onde se pretendem alocar ou inscrever os conceitos descritivos ou analíticos nas suas respetivas categorias. Este processo envolve a classificação e comparação dos conceitos, a criação de novas categorias e a eliminação das menos significativas, com o objetivo de construir hipóteses interpretativas que clarifiquem os conteúdos analisados.

Com vista a **conhecer e caracterizar a perceção dos professores sobre os efeitos e impactos da aplicação do Programa “A Aventura da Vida” – educação para a saúde e a conhecer as práticas dos professores no desenvolvimento da aplicação do Programa**, foi elaborado um Inquérito por Questionário, dirigido aos Professores (Anexo V), composto por questões abertas, fechadas e de escala, que foi aplicado a todos os Professores intervenientes neste estudo que frequentaram e concluíram a ação de

capacitação do Programa “A Aventura da Vida”. O referido inquérito por questionário foi dividido em 6 partes, designadamente:

- Parte I - Dados Biográficos e situação Profissional;
- Parte II - Motivação;
- Parte III - Educação para a Saúde – O Programa “A Aventura da Vida”;
- Parte IV- Impacto da Implementação do Programa “A Aventura da Vida” nos alunos;
- Parte V - Impacto da Implementação do Programa “A Aventura da Vida” no professor;
- Parte VI - O Programa “A Aventura da Vida” e as alterações verificadas.

O Inquérito por questionário foi elaborado, tendo por base os seguintes termos:

Quadro 2.3.3 – Estrutura da grelha de análise - Conhecer e caracterizar a perceção dos professores sobre os efeitos e impactos da aplicação do Programa “A Aventura da Vida”

OBJETIVO GERAL	OBJETIVO ESPECÍFICO	CONCEITOS	INDICADORES	OBSERVÁVEIS	RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Que efeitos e impactos da capacitação e da implementação do Programa "A Aventura da Vida" são percebidos por professores e alunos?	Conhecer e caracterizar a perceção dos professores sobre os efeitos e impactos da aplicação do Programa “A Aventura da Vida”	Educação para a saúde	Bem-estar	Professores que frequentaram a ação de Capacitação do Programa "A Aventura da Vida"	Inquérito por Questionário
			Autocuidado		
		Clima de Escola	Envolvimento		
			Sentimento de Pertença		
			Satisfação com a escola		
		Liderança dos Professores	Motivação		
			Trabalho Docente		
Visões sobre a liderança					

Quadro 2.3.4 – Estrutura da grelha de análise - Conhecer as práticas dos professores no desenvolvimento da aplicação do Programa “A Aventura da Vida”

OBJETIVO GERAL	OBJETIVO ESPECÍFICO	CONCEITOS	INDICADORES	OBSERVÁVEIS	RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Que efeitos e impactos da capacitação e da implementação do Programa "A Aventura da Vida" são percebidos por professores e alunos?	Conhecer as práticas dos professores no desenvolvimento da aplicação do Programa “A Aventura da Vida”	Liderança dos Professores	Motivação	Professores que frequentaram a ação de Capacitação do Programa "A Aventura da Vida"	Inquérito por Questionário
			Trabalho Docente		
			Visões sobre a liderança		
		Habilidades para a vida	Autoconhecimento		
			Gestão de Conflitos		
			Autoconfiança		

Importa esclarecer que escolhemos o inquérito por questionário para a recolha de dados, uma vez que este instrumento “não se limita a investigações quantitativas, sendo útil no âmbito de investigações de natureza qualitativa (...), por exemplo, através daquilo que define por questionário misto”. (Batista, Rodrigues, Moreira & Silva, 2021, p. 17). De referir ainda que, inicialmente, foi aplicado um pré-teste do inquérito por questionário que nos permitiu aferir da sua viabilidade. Foram convidados a responder ao mesmo três Professores não envolvidos nas ações de capacitação e que identificaram questões cuja redação suscitou dúvidas. Procedeu-se, então, à reformulação das mesmas para simplificar e tornar mais claro o que se pretendia ver questionado.

Na sequência da aplicação deste inquérito por questionário aos 20 Professores que frequentaram e concluíram a ação de capacitação do Programa “A Aventura da Vida”, obtivemos resposta de 18 Professores. Os dados recolhidos foram analisados com recurso a uma análise de estatística descritiva. Segundo Santos e Henriques (2021, p. 27) “a análise dos dados recolhidos mediante a aplicação de um inquérito por questionário faz-se, em geral, através da estatística. Estatística que é um instrumento matemático necessário à organização, apresentação, análise e interpretação dos dados.”

Por fim, tendo por objetivo **conhecer a perceção dos alunos sobre os efeitos e impactos da aplicação do Programa “A Aventura da Vida” – educação para a saúde**

que ainda se encontrem a frequentar o 1.º CEB, foi elaborado um inquérito por questionário adequado às características desenvolvimentais destas crianças (Anexo VI), tendo por base a seguinte grelha.

Quadro 2.3.5 – Estrutura da grelha de análise - Conhecer a perceção dos alunos sobre os efeitos e impactos da aplicação do Programa “A Aventura da Vida”

OBJETIVO GERAL	OBJETIVO ESPECÍFICO	CONCEITOS	INDICADORES	OBSERVÁVEIS	RECOLHA DE INFORMAÇÃO
Que efeitos e impactos da capacitação e da implementação do Programa "A Aventura da Vida" são percebidos por professores e alunos?	Conhecer a perceção dos alunos sobre os efeitos e impactos da aplicação do Programa “A Aventura da Vida”	Educação para a saúde	Bem-estar	Alunos que foram abrangidos pela implementação do Programa e que ainda se encontram a frequentar o 1.º CEB	Inquérito por questionário
			Autocuidado		
		Habilidades para a vida	Autoconhecimento		
			Gestão de conflitos		
			Autoconfiança		
		Clima de escola	Envolvimento		
			Sentimento de pertença		
			Satisfação com a escola		

Através deste questionário pretendemos caracterizar os alunos e conhecer os efeitos das atividades realizadas no âmbito da implementação do Programa. Importa referir que a identificação dos alunos para a aplicação deste questionário decorreu da manifestação de disponibilidade por parte dos professores. Esta indicação foi expressa através do contacto com a investigadora, já que a resposta ao referido questionário era anónima. Deste modo, recebemos o contacto de duas Professoras titulares de turma de duas turmas, uma do 1.º e outra, do 3.º ano de escolaridade, de um mesmo Agrupamento de Escolas.

A construção deste inquérito por questionário aplicado aos alunos, contou com a colaboração das referidas Professoras. Pretendeu-se garantir que o mesmo não continha questões que pudessem comprometer o sucesso da investigação (por falta de clareza, ou desadequação à faixa etária, por exemplo). Ainda na fase de preparação foi solicitada autorização à Direção do Agrupamento de Escolas, assim como, o consentimento informado por parte dos encarregados de educação (em anexo).

Os dados recolhidos a partir do inquérito por questionário aplicado aos alunos foram tratados com recurso a uma análise estatística descritiva. Tal, permitiu caracterizar os alunos inquiridos e conhecer o grau de satisfação destes em relação às atividades realizadas no âmbito da implementação do Programa.

A recolha dos dados foi realizada entre os meses de maio e junho de 2024, na medida em que se referem a ações de capacitação realizadas em 2021/2022 e 2022/2023 e a posterior aplicação do programa em contexto escolar. Consideramos relevante a análise de impactos, pelo tempo decorrido entre o contacto com o programa a partir da ação de capacitação, a implementação e a recolha de dados no âmbito desta investigação.

2.4. Aspetos éticos

No que respeita às questões éticas a observar no âmbito da presente investigação, tendo por base o conjunto de princípios e diretrizes que sustentam o compromisso ético da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE), uma associação científica, técnica e profissional que se dedica a promover e a defender a qualidade da investigação, da publicação e do ensino nas Ciências da Educação, foram adotadas as seguintes medidas:

- Divulgação do Projeto de Investigação junto dos Diretores de Agrupamento que integram as escolas cujos docentes e alunos fazem parte da amostra em estudo e respetivo pedido de autorização para a sua realização (Anexo I);
- Divulgação do Projeto de Investigação junto dos docentes que vão participar no estudo e respetivo pedido de colaboração para a realização do mesmo (Anexo II);
- Divulgação do Projeto de Investigação junto dos Encarregados de Educação dos alunos que fazem parte da amostra em estudo e respetivo pedido de autorização para a aplicação do questionário aos seus educandos (Anexos III e IV);
- Informação e esclarecimento sobre “os objetivos, a metodologia e os resultados dos processos de investigação” (SPCE, 2020, p.15);
 - Consentimento livre e informado (Anexo V), na medida em que, “os participantes têm direito a ser plenamente informados e esclarecidos sobre todos os aspetos relativos à sua participação na investigação, bem como a alterar os termos da sua autorização” (idem, p.11);
 - Garante de confidencialidade e privacidade (Anexo VI);

- Compromisso de divulgação dos resultados do estudo, uma vez que “os participantes têm direito a ser informados/as sobre os resultados da investigação e sobre a forma como esses resultados vão ser usados e divulgados” (idem, p.12);
- Direito de desistência da participação a qualquer momento e sem qualquer consequência.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

3.1. Envolvimento dos Professores

Com vista a analisar os fatores que facilitam e ou dificultam o envolvimento dos professores na implementação do Programa “A Aventura da Vida”, efetuou-se a análise documental. Esta foi orientada pelos conceitos de Poder Local, Intermunicipalidade (CIMRL – PIICIE) e Clima de escola. Para tal, consideraram-se dois indicadores. A saber, Transferência e alargamento de competências e Projetos desenvolvidos no âmbito da Educação. Os quadros seguintes apresentam, os documentos considerados para análise e os respetivos resultados.

Quadro 3.1.1 – Transferência e alargamento de competências – Normativos legais

CONCEITOS	INDICADORES	OBSERVÁVEIS	DOCUMENTOS ANALISADOS	REFERÊNCIA
Poder Local e Intermunicipalidade	Transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais	"A transferência efetua-se para a autarquia local ou entidade intermunicipal que, de acordo com a sua natureza, se mostre mais adequada ao exercício da competência em causa"	Normativos legais	Alínea a) do artigo 2.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto
		"Compete... aos órgãos das entidades intermunicipais o planeamento da oferta educativa de nível supramunicipal..."		n.º 2, do artigo 31.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto
	Domínios de Educação para a Cidadania a trabalhar em cada nível e ciclo de educação e ensino	"A saúde (promoção da saúde, saúde pública, alimentação e exercício físico) é considerada como um domínio obrigatório a abordar na estratégia de educação para a cidadania das escolas"		ponto vi), da alínea a) do anexo V, a que se refere o n.º 2 do artigo 10.º da Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto

Quadro 3.1.2 – Projetos desenvolvidos no âmbito da educação pela CIMRL

CONCEITOS	INDICADORES	OBSERVÁVEIS	DOCUMENTOS ANALISADOS
Intermunicipalidade - CIMRL - PIICIE	Projetos desenvolvidos no âmbito da Educação	<p>Atividade 1 - LEIRIA TEAM - Sim (juntos) somos mais capazes! – Consubstancia a contratação de 37 técnicos para as equipas multidisciplinares dos 10 Municípios, 21 Agrupamentos de Escolas (20 AE para intervenção das Equipas Multidisciplinares, uma vez que o Agrupamento de Escolas dos Marrazes Leiria é TEIP)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa de Capacitação Parental Mais Família Mais Criança dirigido aos técnicos das equipas multidisciplinares - Programa de Capacitação "Práticas em Leitura e Escrita" dirigido aos técnicos das equipas multidisciplinares - Terapeutas da fala <p>Atividade 2 - LEIRIA ON - Território Educativo Inovador Visa promover o desenvolvimento de atividades inovadoras, dentro e fora da sala de aula, promover a inclusão, a igualdade, a cidadania e a multiculturalidade, a saúde e bem-estar, o conhecimento das ciências experimentais, a educação pelas artes e a sensibilização para questões ambientais, entre outras</p> <p>Educação Digital:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aquisição tablets e Plataforma de Conteúdos "Mais Sucesso Escolar - CIM Região de Leiria - Webinar "Competências Digitais Mais Sucesso Escolar na Região de Leiria" - Ação 1 de capacitação de curta duração - ACD (hardware/plataforma de conteúdos) - Ação 2 de capacitação de curta duração - ACD (Plataforma de conteúdos) - Ação de sensibilização (hardware/plataforma de conteúdos) - Happy Code Criatividade + 	Relatórios de Acompanhamento das Atividades - PIICIE 21_22 e 22_23

		<p>Capacitação de Aplicadores - Recursos Pedagógicos - Educação para a Saúde e Bem-estar</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa #Diz Não às Dependências - Programa “A Aventura da Vida” - Ciclo de Webinars "Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão" <p>Atividade 3 - LEIRIA TALK - Boas Práticas em Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realização anual do Seminário de Boas Práticas na Educação - Região de Leiria e do reforço da comunicação no âmbito da atividade desenvolvida pelos Técnicos das Equipas Multidisciplinares dos 10 municípios da CIMRL - Intercâmbios nacionais e internacionais para conhecimento de iniciativas de sucesso escolar (outras experiências de aprendizagem relevantes e significativas) - Meios de comunicação - Digital - Facebook; Website institucional e canal de Youtube - Meios de comunicação - Escrita - Plano de Comunicação do Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da região de Leiria <p>Atividade 4 LEIRIA REC - Monitorização e Avaliação</p> <p>Contempla a elaboração de relatórios trimestrais (por área de intervenção) e grelha de monitorização, por parte das equipas multidisciplinares, e por relatórios anuais e análise integrada das 10 grelhas de monitorização, da responsabilidade de uma equipa de investigadores da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, que tem como missão analisar, interpretar e avaliar os resultados extraídos, de forma integrada, das intervenções das Equipas Multidisciplinares dos 10 municípios da CIMRL.</p>	
--	--	---	--

A análise destes dados permitiu-nos perceber que as competências, quer dos Municípios, quer das Comunidades intermunicipais, no âmbito da educação, têm vindo a aumentar por força da lei e que, neste caso concreto, nos anos letivos 2021/2022 e 2022/2023, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leira apresentou uma atividade de relevo nesta área, como é perceptível nas inúmeras ações desenvolvidas.

Nestes termos, tal como nos afirma Diogo Antunes (2017, p.62), “este estrato de governação entre central e local parece ser a solução para uma melhor ligação entre ambos”. Importa ainda referir que estas iniciativas, promovidas ao nível das Comunidades Intermunicipais, representam um exemplo da designada economia de escala, uma vez que a implementação de estratégias conjuntas entre os diversos municípios facilita a gestão de um território mais vasto, contribuindo para a redução do custo por unidade de um serviço ou produto, beneficiando principalmente os municípios de menor dimensão que, isoladamente, não teriam condições para oferecer aos seus alunos estas oportunidades. A este propósito, fica confirmada, com as iniciativas aqui elencadas, a teoria avançada por Gonçalves, Sebastião e Capucha (2024, p.117) quando afirmam que as Comunidades Intermunicipais assumem um “papel de promotor de uma estratégia regional ao assumir a responsabilidade de criar uma plataforma digital de observação da educação na região e de implementar projetos de promoção do sucesso escolar, bastante aceite pelos atores locais”.

Partindo da premissa que um Projeto Educativo, tal como afirma Ferraz (2018, p. 79),

é a coluna dorsal de todo o funcionamento da escola, proporciona um clima de escola eficaz, ou seja, capaz de gerir a mudança, promovendo-se o trabalho em equipa, a cooperação, enquanto forma de solidariedade e disponibilidade profissional, cívica, familiar, centrada em contextos positivos de intervenção.

Podemos afirmar que, mediante a análise dos Projetos Educativos dos Agrupamentos de Escola envolvidos no presente estudo, identificámos informação relativa ao clima de escola e liderança dos Professores. O quadro seguinte apresenta estes dados.

Quadro 3.1.3 – Análise dos Projetos Educativos dos 7 Agrupamentos de Escolas

Unidades de registo	Fonte
Contribuir para o desenvolvimento pessoal, emocional, relacional, cognitivo, vocacional e profissional de todos os alunos que o frequentam, tendo em vista a formação de cidadãos livres e empreendedores, críticos e dinamizadores do tecido económico, cultural e social do seu território educativo	PE Marinha Grande Poente, P.10
Promover a avaliação do aluno como um fator positivo, tendo em conta as dificuldades diagnosticadas e as aprendizagens a melhorar, e valorizar o conhecimento, considerando os diferentes ritmos de aprendizagem.	PE Pombal, p.21
Promover ações de garantia do reconhecimento e respeito pela diversidade	PE Marinha Grande Nascente, p.17
Promoção de iniciativas que promovam o respeito pelos outros, o espírito de solidariedade e a responsabilidade pelo bem-estar comum e a convivência democrática	PE D. Dinis, p.14
Dinamização de atividades e projetos diversificados que concorrem para o desenvolvimento e a formação pessoal, cultural e social das crianças e dos alunos	PE Caranguejeira, p.6
Garantir a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa;	PE Gualdim Pais, p.18
Divulgação das atividades do agrupamento num trabalho de colaboração entre alunos e professores, acentuando a identidade	PE Marinha Grande Poente, p.24
Criação de um ambiente estruturado, promotor da aprendizagem, comunicação, socialização, autonomia pessoal, estimulação sensorial e mobilidade.	PE Pombal, p.7
Organização de pelo menos três atividades que fomentem o espírito de pertença ao Agrupamento	PE Marinha Grande Nascente, p.21
Fomentar o sentido de pertença e de identificação ao Agrupamento	PE Caranguejeira, p.9
Promoção de atividades (físicas, lúdicas, culturais) que estimulem sentimentos de integração e pertença e promovam a sociabilidade entre o pessoal docente, não docente e a comunidade educativa e envolvente.	PE Gualdim Pais, p.35
Aposta na motivação e no reconhecimento, dando voz aos diversos atores, construindo um modelo relacional assente no respeito, proximidade e acessibilidade, contribuirá para o reforço efetivo do trabalho colaborativo	PE Marinha Grande Poente, p.20
Promover um projeto de integração sócio emocional e inclusão intercultural, centrado no aluno, a partir do qual se infira que o sucesso educativo se trilha no reconhecimento do “Outro”, dos seus valores, da sua cultura, e impõe um olhar atento às especificidades de cada um, num combate claro à violência na escola, ao bullying e cyberbullying	PE Pombal, p.20

Reconhecimento da excelência no relacionamento interpessoal de alunos através do Quadro de Mérito de Valores.	PE Porto de Mós, p.26
Reforçar o clima de bem-estar e de satisfação da comunidade educativa ...	PE Marinha Grande Nascente, p.21
Envolvimento da comunidade escolar na consolidação de um ambiente de escola e clima de sala de aula propício à aprendizagem	PE AE D. Dinis, p.15
Promover a Educação Inclusiva	PE Caranguejeira, p.9
Uma Escola democrática, que promove o envolvimento e a participação dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do pessoal docente e não docente nos processos de decisão e na vida da escola.	PE Gualdim Pais, p.20
Forte motivação dos docentes para implementar projetos de inovação pedagógica	PE Marinha Grande Poente, p.11
Sermos uma organização aprendente: reflexões sistemáticas sobre o ensino e a aprendizagem; identificação e partilha de modelos de boas práticas – observação de aulas a pares; formação que responde às necessidades identificadas; professores aprendentes	PE Pombal, p.19
Motivação dos recursos humanos e de todos os elementos da comunidade para que se envolvam na vida da escola	PE AE Domingos Sequeira, p.29
Uma Escola colaborativa, que assenta o seu trabalho num trabalho conjunto que permite a interação e a análise de problemas, aberta à inovação e à mudança	PE Gualdim Pais, p.20
Trabalho colaborativo docente, quer em relação à orientação escolar e profissional dos alunos e à adequação e relevância da oferta educativa e formativa	PE Marinha Grande Poente, p.15
O reforço do trabalho colaborativo para aprofundar a articulação curricular, entre os ciclos de escolaridade e dentro da mesma área/disciplinar, que garanta a sequencialidade dos programas curriculares, a continuidade da relação pedagógica e a comunicação entre ciclos/disciplinas.	PE Pombal, p.16
Promover a inovação tecnológica e pedagógica na comunidade escolar.	PE Porto de Mós, p.27
Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos recursos humanos do Agrupamento	PE Marinha Grande Nascente, p.22
Desenvolvimento de uma cultura alicerçada na participação, no trabalho colaborativo, no empenho e na ética profissional	PE AE Domingos Sequeira, p.29
Elaboração do Plano de Formação nas áreas prioritárias do Agrupamento, apostando também na formação entre pares.	PE AE D. Dinis, p.18
Os docentes desempenham o papel de coordenadores, orientadores e mediadores do processo de construção do conhecimento, trabalhando colaborativamente para o bem comum, com vista à construção de um futuro sustentável.	PE Gualdim Pais, p.21

Desenvolver a partilha de estratégias/ práticas pedagógicas entre docentes.	PE Caranguejeira, p.9
Lideranças fortes e de proximidade nomeadamente a nível pedagógico através dos coordenadores e diretores de turma;	PE Marinha Grande Poente, p.11
Delegar autonomia no(s) grupo(s) para a tomada de decisões; comprometer todos na tomada de decisões; manter a (inter)comunicação constante – informação atualizada; partilha as responsabilidades dos resultados alcançados.	PE Pombal, p.19
Promover práticas de gestão participada, ouvindo alunos, docentes e não docentes	PE Marinha Grande Nascente, p.21
Prosseguimento da valorização dos diferentes níveis de liderança, nomeadamente as lideranças intermédias	PE AE Domingos Sequeira, p.31
Promover uma cultura de cooperação e de trabalho em equipa	PE AE D. Dinis, p.10
Agilizar a comunicação interna com vista a aumentar a eficácia da comunicação entre as estruturas do agrupamento.	PE Gualdim Pais, p.34
Motivação da comunidade escolar e gestão de conflitos	PE Caranguejeira, p.9

Da análise aos Projetos educativos dos sete Agrupamentos de Escolas em estudo, resulta o facto de todos eles elencarem atividades que pretendem desenvolver com vista a reforçar, por um lado, um **Clima de escola** positivo e, por outro, uma **Liderança dos Professores**. Esta, assenta numa melhor comunicação, na valorização das lideranças intermédias, na promoção de uma cultura de cooperação, na partilha de estratégias e práticas pedagógicas, bem como uma aposta na motivação de toda a comunidade escolar, uma boa gestão de conflitos e uma educação inclusiva.

Nestes termos, se considerarmos que o clima de escola, como afirma Alda Ceia (2011, p. 8), “é o resultado da convivência no mesmo espaço físico, dessa diversidade social e cultural, com interesses, opiniões e desejos muito díspares, originando situações de diferença e/ou divergência”, confirmamos a necessidade de adotar medidas que possam contribuir para diminuir as diferenças e as divergências que possam surgir. Verificamos assim que existe, pelo menos, essa preocupação, essa tentativa de contribuir para um clima mais positivo. Por sua vez, as ações elencadas que se prendem com uma melhor comunicação e a valorização das lideranças remete-nos para uma das principais

características da liderança dos professores que, segundo Lieberman e Miller (2005, p. 153) consiste em “influenciar as práticas organizacionais das escolas e trabalhar para distribuir recursos de forma equitativa, mantendo altos padrões e dando a todos os alunos uma variedade de oportunidades para aprender e participar nas suas escolas”.

Considerando que na génese de todo este processo está a Ação de Capacitação sobre o Programa “A Aventura da Vida”, entendeu-se que seria importante analisar na Plataforma Aberta, a plataforma de e-learning da Universidade Aberta, a forma como decorreram as duas edições da ação de capacitação promovidas para professores, registando testemunhos dos participantes nas mesmas. Para o efeito, definimos as categorias e subcategorias que se pretendiam analisar e procedeu-se à identificação das referências, categorizando as mesmas.

Assim, no que respeita ao **Apoio Institucional**, na categoria de **Visões sobre a liderança**, foi possível identificar os testemunhos que constam da tabela seguinte, sendo que na codificação a letra “A” corresponde à primeira edição da ação de capacitação realizada e a “B”, à segunda. Estando os professores identificados por número sequencial em cada uma das edições realizadas, de modo a assegurar o anonimato dos mesmos.

Quadro 3.1.4 – Análise das Ações de Capacitação – Visões sobre a Liderança

Unidade de registo
Houve participação de todos os intervenientes e estamos a duas semanas de apresentar à Escola o que construímos a partir da "Aventura da Vida". Decidimos expor na semana do Dia da Criança. A restante Escola deu um bom feedback do que viu. As famílias andaram a ler sobre o projeto. Mostraram interesse. Gostaram. (A1)
É um projeto de interesse, unânime, que na minha escola gostaríamos de abraçar. Conto, aliás, fazê-lo, até porque a CIMRL tem sido uma parceira ativa e atenta com a nossa comunidade. (A1)

Neste âmbito da análise das ações de capacitação promovidas e considerando que, tal como afirma Silva e Coutinho (2014, p.211),

a par do trabalho de transmissão de conhecimentos organizados em disciplinas, a escola deve, também, educar para os valores, promover a saúde, a formação e a participação cívica dos alunos, num processo de aquisição de competências que sustentem as aprendizagens ao longo da vida e promovam a autonomia,

releva o facto de ser unânime a boa aceitação do Programa, o interesse em apresentar os resultados obtidos a toda a comunidade escolar e o facto de se registar o

envolvimento das famílias, como se percebe dos testemunhos recolhidos e que acima apresentámos. Resulta que estes professores encaram o Programa como uma forma de desenvolvimento profissional e tal como nos refere Maria Flores (2016, p. 34) “os professores são encarados como elementos centrais nos processos de transformação das escolas, enquanto comunidades de aprendizagem, reforçadas pela partilha de experiências e pelo trabalho em equipa”. Daí a importância de Projetos como este.

Já no que diz respeito ao **Interesse dos professores**, definimos as categorias de **Motivação, Trabalho Docente e Visões sobre a Liderança**, tendo sido possível registar os seguintes testemunhos (Quadro 3.1.5):

Quadro 3.1.5 – Análise das Ações de Capacitação – Motivação

Unidade de registo
As bases deste projeto são fundamentais para a construção do desenvolvimento dos temas. Está a ser uma ótima experiência. (A2)
Concordo plenamente com a continuação deste projeto em anos seguintes. (A2)
Adorei! Penso ter sido muito importante para eles. (A3)
Tem sido muito gratificante ver o entusiasmo dos alunos, assim como o empenho e colaboração das famílias, na concretização deste objetivo. (A7)
Foi muito gratificante ver o interesse dos alunos, assim como o empenho e colaboração dos pais presentes na realização das várias atividades. (A9)
A flexibilidade que a metodologia LAV possibilita é um fator de grande peso, pois a sugestão de atividades é apenas o início. Cabe a cada um de nós, docentes, olhar a turma, sentir os alunos e criar algo ajustado ao contexto em mãos. (A10)

Na categoria **Motivação**, verificamos que os docentes consideram o Programa importante e que a sua aplicação tem sido uma excelente experiência que se reflete de forma muito positiva nos alunos, quer pelo interesse, quer pelo entusiasmo manifestado pelos mesmos. Os docentes referem ainda o envolvimento e colaboração dos pais como um fator positivo que, associado à flexibilidade da aplicabilidade do Programa, importa destacar (ver quadro seguinte).

Quadro 3.1.6 – Análise das Ações de Capacitação – Trabalho Docente

Unidade de Registo
A aplicação da atividade foi algo que me surpreendeu. (A3)

Com este projeto, consegui que este tema fosse bem trabalhado, de uma forma interdisciplinar, envolvendo a família e a comunidade pois este é um tema importante e urgente a todos os setores e faixas etárias da sociedade. (A4)
Senti, ao longo da semana, que os meus alunos assumiram um papel responsável perante a temática e "envolveram-se" de forma responsável em todas as atividades, promovendo de forma participada e lúdica, hábitos de vida saudáveis. (A5)
Uma empolgante aventura, o contexto tem possibilitado aprendizagens muito significativas. (A6)
Os alunos mostraram-se sempre muito entusiasmados no decorrer de toda a atividade e adoraram trabalhar em grupo. A caminhada foi o ponto alto de toda esta maravilhosa aventura e, segundo feedback que recebi de alguns pais, devia acontecer mais vezes ao longo do ano letivo. Os alunos adoraram e tenho a certeza que todo este processo os enriqueceu emocional e mentalmente. A comunidade também participou com muito entusiasmo. (A8)
Tem sido uma aprendizagem ver propostas diferentes de trabalho, todas elas com o nobre objetivo comum de proporcionar grandes aventuras aos nossos meninos. (A1)
É um projeto de interesse, unânime, que na minha escola gostaríamos de abraçar. Conto, aliás, fazê-lo, até porque a CIMRL tem sido uma parceira ativa e atenta com a nossa comunidade. (A1)
Momento de partilha de saberes, vivências pessoais e reflexão sobre o que podemos mudar, continuar a fazer e realizar alterações. (B1)

É assim possível constatar que este Programa, segundo os testemunhos, permite o envolvimento de todos, com o respeito pela individualidade de cada um, na medida em que as reações são individuais, mas trabalhadas no coletivo, resultando numa satisfação global conforme relatado. Nestes termos, tal como refere Sampaio da Nóvoa (2022, p. 48), “para um professor, não há nada mais importante do que saber lidar com a imprevisibilidade de cada momento, transformando cada incidente ou circunstância numa ocasião de aprendizagem”. É também esta oportunidade que o Programa “A Aventura da Vida”, pela sua flexibilidade, permite.

Por sua vez, no que diz respeito aos **Recursos Disponíveis**, na categoria de **Trabalho Docente**, foi possível registar os testemunhos sintetizados no quadro seguinte.

Quadro 3.1.7 – Análise das Ações de Capacitação – Recursos disponíveis

Unidade de registo
Os alunos adoraram visualizar os cromos e refletir sobre as histórias, as animações tive de as colocar várias vezes, pois foram momentos muito especiais. (A2)
Existem imensos materiais que podem ser explorados pelos alunos e trabalhados. As temáticas são tão importantes para a vida. (A2)

Os recursos deste programa “A Aventura da Vida” são, do meu ponto de vista, excepcionais para o desenvolvimento de competências muito significativas para os nossos alunos, permitem-nos uma diversidade de abordagens tão vasta quanto enriquecedora, que nos conduz, quase de forma intuitiva, em várias disciplinas curriculares, à atual essência do percurso académico, atendendo às áreas de competência do Perfil do Aluno. (A6)
Foi um desenvolvimento muito interessante, uma vez que "aprenderam" que também tinham que se respeitar, isto é, maior parte das vezes iniciavam as frases com algo como "têm que nos respeitar" e nunca tinham colocado a hipótese de que o tinham que fazer, de que eles próprios tinham que se respeitar. (A3)
Foi o vídeo “sr. Tartaruga” trouxe entendimento quanto ao tema que iríamos trabalhar. (A4)
Comecei por apresentar, à turma, o cromo como motivação, o que rapidamente atraiu a sua curiosidade, que foi complementada com a leitura da respetiva história, deixando os alunos entusiasmados. (A7)
Tem surtido efeito muito positivo na turma, os alunos conseguem, com a exploração dos recursos, construir a sua aprendizagem de forma lúdica e simultaneamente muito responsável. (A6)
Os meus alunos, assumem o papel dos personagens das histórias "Aventura da Vida" e dramatizam nas suas apresentações as habilidades para a vida à medida que as vão conquistando. O entusiasmo é tal que, os tempos letivos orientados para a tarefa têm sido sistematicamente, de forma refletida, alargados. (A6)
Os alunos identificaram-se muito com a Marta e com as histórias dos cromos, foi muito divertido. (A8)
Seguiu-se a visualização do vídeo alusivo aos passos a seguir numa lavagem correta das mãos. Foi notório o empenho e o entusiasmo de todos a acompanhar/simular os movimentos da lavagem. (A9)
Eles adoraram conhecer o projeto, os cromos, os vídeos. Participaram com imenso interesse em todas as atividades realizadas. (A10)
O conto “De todas as cores” foi assimilado pelos alunos de uma forma muito empenhada. Todos se assumiram como “advogados” da D. Fruta, com argumentos em sua defesa, em prol da saúde. (B2)
Ficaram muito animados com todas as atividades da sessão do cromo 13 e já pediram para repetir estas e para haver outras de outros cromos. (A10)

Da análise geral da categoria “**Trabalho docente**”, resulta a surpresa manifestada pelos aplicadores do programa, uma vez que permite a envolvência da família e da comunidade, com vista a contribuir para uma participação ativa e lúdica para a aquisição de hábitos de vida saudáveis. Caracterizam ainda a interdisciplinaridade do Programa e a forma entusiasta como os alunos se envolvem nas atividades. Podemos, deste modo, salientar que em termos de trabalho docente, se identifica aqui um tipo de liderança dos professores mais informal e que segundo Maria Flores (2016, p.45) se pode definir como “uma liderança que é visível no modo como esses professores influenciam e mobilizam outras pessoas (alunos, colegas, pais, comunidade educativa em geral)”. Em suma, são

Professores que se destacam pelo impacto no trabalho colaborativo com colegas, na promoção de projetos e atividades, e na maneira como influenciam os ambientes em que trabalham.

No que respeita às **Barreiras à Implementação do Programa**, definimos como categoria as **Visões sobre a Liderança** e foi possível identificar os seguintes testemunhos:

Quadro 3.1.8 – Análise das Ações de Capacitação – Barreiras à implementação

Unidade de Registo
Ao aplicar o meu trabalho estava com receio de ter sido muito ambiciosa, semana de provas de aferição de segundo ano, quem passa por toda essa logística sabe a que me refiro... (A8)
Abril e maio são meses extraordinariamente belos, não só pelos seus significados, como também pela expressão máxima da Vida, mas... também muito árduos para todas nós que abraçámos a missão de Ensinar... São as avaliações do segundo período para umas, os reportes para quem está em semestres, as Provas de Aferição, os papéis, os mapas, a burocratização do nosso trabalho... mas, conseguimos. (A1)
Procurei a existência do material LAV que supostamente deveria existir na escola, mas dele, nada. Penso ser útil expressar à CIMRL a vontade em trabalhar o material. E aos nossos Agrupamentos, naturalmente. (A1)
Consegui hoje localizar os cromos e materiais da formação... tarefa que não foi nada fácil... o material encontra-se na biblioteca em Leiria, curiosamente está à guarda de um funcionário que só para a semana irá trabalhar. (A11)

Na categoria de **“Visões sobre a Liderança”**, registamos as dificuldades sentidas por grande parte dos aplicadores, na medida em que referiram as muitas funções e atividades que têm de desenvolver e que, por vezes, são limitadoras de uma boa e contínua aplicação do Programa. Foi ainda possível identificar alguma dificuldade manifestada no acesso aos recursos disponibilizados para poderem aplicar o Programa. Neste âmbito, torna-se relevante elencar outros estudos em que as dificuldades sentidas pelos professores também são uma determinante e condicionam a liderança dos mesmos, seja ela formal ou informal. De acordo com a Maria Flores (2016, p. 47) “a liderança do professor na sala de aula está ameaçada, em virtude das mudanças ocorridas no seu trabalho..., que se repercutem no seu trabalho diário com os alunos, a que acresce a multiplicidade de tarefas que têm de gerir e os desafios com que têm de lidar”.

Com vista a analisar o **Interesse dos Alunos**, definimos como categorias o **Autoconhecimento**, a **Gestão de Conflitos** e a **Autoconfiança**, tendo sido possível registar testemunhos para cada uma das categorias apresentadas nos quadros seguintes.

Quadro 3.1.9 – Análise das Ações de Capacitação – Interesse dos alunos – Autoconhecimento

Unidade de registo
Os meus alunos assumiram um papel responsável perante a temática e "envolveram-se" de forma responsável em todas as atividades. (A12)
Os alunos adoraram visualizar os cromos e refletir sobre as histórias. (A2)
Foi muito gratificante ver o interesse dos alunos. (A9)
"Aprenderam" que também tinham que se respeitar, isto é, maior parte das vezes iniciavam as frases com algo como "têm que nos respeitar" e nunca tinham colocado a hipótese de que o tinham que fazer, de que eles próprios tinham que se respeitar. (A3)
Cada aluno teve oportunidade de relatar vivências pessoais e transmitir aos outros as informações que possuía sobre esta temática. (B3)

Quadro 3.1.10 – Análise das Ações de Capacitação – Interesse dos alunos – Gestão de conflitos e autoconfiança

Unidade de registo
Os alunos mostraram-se sempre muito entusiasmados no decorrer de toda a atividade e adoraram trabalhar em grupo... Os alunos adoraram e tenho a certeza que todo este processo os enriqueceu emocional e mentalmente. (A8)
Os meus alunos assumem o papel dos personagens das histórias "Aventura da Vida" e dramatizam nas suas apresentações as habilidades para a vida à medida que as vão conquistando. O entusiasmo é tal que, os tempos letivos orientados para a tarefa têm sido, sistematicamente, de forma refletida, alargados. (A6)
Elaborámos uma chuva de ideias sobre a temática. Todos se sentiram muito interessados e participativos. (B4)
Nas atividades das expressões estiveram bastante colaborantes. (B4)
Alguns alunos (poucos) estiveram mais introvertidos na parte de falarem sobre as cartas e o vídeo, alunos que revelam ainda algumas falhas na sua própria higiene e que isso é perceptível. (B4)
Vivemos uma bela dramatização, onde imperou a espontaneidade e onde os alunos foram revelando os seus conhecimentos acerca do papel da diversidade da fruta. (B2)
Participaram com imenso interesse em todas as atividades realizadas. (A10)

No que respeita ao **Interesse dos alunos**, verificamos que os aplicadores referem a forma participativa, colaborativa e o interesse demonstrado pelos alunos aquando da aplicação do Programa. Algo que consideram gratificante e que, segundo os aplicadores, contribui para um enriquecimento emocional e mental dos alunos. Este interesse e a gratificação sentida pelos Professores vai ao encontro de outros estudos que nos referem que os

professores que assumem funções de liderança (sobretudo informal) perspetivando essa responsabilidade não só como uma oportunidade de melhorar a qualidade do percurso escolar dos alunos, o clima de trabalho e de relação no seio da organização escolar e a ligação desta com as famílias e a comunidade envolvente, como também pela possibilidade de crescimento e de desenvolvimento profissional. (Flores, 2016, p.50).

3.2. Inquérito por Questionário aos Professores

Foram convidados a responder ao Inquérito por questionário definido (Anexo V), 20 Professores que frequentaram e concluíram com sucesso a Ação de Capacitação do Programa “A Aventura da Vida”, sendo que responderam ao mesmo 18. Dos respondentes, a sua totalidade é do sexo feminino, apresentando uma média de 51 anos de idade, conforme consta do gráfico seguinte.

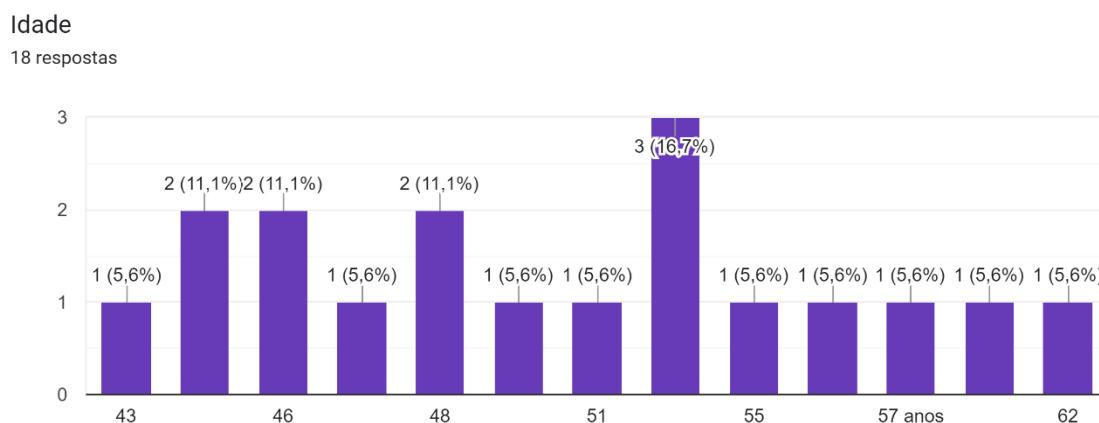


Gráfico 3.2.1 – Idade dos Professores

No que respeita à formação académica dos respondentes, verificamos que dos 18, 12 possuem licenciatura e os restantes 6 são detentores de mestrado, sendo que, relativamente à situação profissional, 12 pertencem ao Quadro de Zona Pedagógica e os restantes 6 pertencem ao Quadro de Escola, apresentando uma grande variação no tempo de permanência no Agrupamento de Escolas, como a seguir se pode verificar no gráfico apresentado.

Tempo de permanência ininterrupta no Agrupamento de Escolas (em anos)

18 respostas

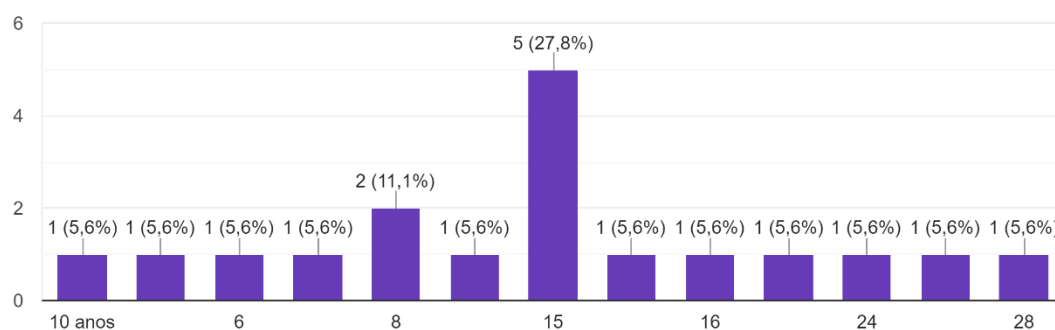


Gráfico 3.2.2 – Tempo de permanência ininterrupta no Agrupamento de Escolas

No que respeita à Parte II do Inquérito por questionário, que visa avaliar a **MOTIVAÇÃO** dos respondentes, quando questionados sobre se já conheciam o Programa “A Aventura da Vida”, antes de participarem na ação de capacitação, verificamos que apenas 5 conheciam o Programa e que os restantes 13 o desconheciam em absoluto. Por sua vez, relativamente ao grau de interesse em participar na ação de Capacitação do Programa “A Aventura da Vida”, as respostas são favoráveis, sendo que apenas um respondente refere ter um interesse médio, sendo que 8 e 9 responderam ter um interesse alto e muito alto, respetivamente.

Quando questionados sobre o grau de envolvimento nas atividades propostas na Ação de Capacitação do Programa “A Aventura da Vida”, referiram que o mesmo era alto (8) e muito alto (10). Já no que concerne ao grau de motivação para implementar, depois da Ação de Capacitação, o Programa, em contexto de sala de aula, verificamos que 1 refere um grau de motivação médio e que dos restantes, 8 referem um nível alto e 9, um nível muito alto. Justificam as suas respostas com as afirmações que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 3.2.1 – Inquérito aos Professores - Motivação

Unidade de registo
Os temas são muito apelativos.
Aplicámos as atividades do Kit na sala de aula.
O programa permite uma aprendizagem motivadora
Temas interessantes e válidos
Muita vontade de adquirir mais competências acerca dos temas abordados
A temática sempre esteve presente quotidianamente devido à supervisão realizada às lancheiras. Verificando-se, cada vez mais, que são menos saudáveis e mais processadas. Desta forma, este programa serviu para dar "novo alento", novas ferramentas e perspetivas transversais a vários temas.
O programa é muito interessante, mas as solicitações atuais no 1. CEB pelas várias entidades e as aprendizagens essenciais limitam o tempo para outras atividades
Programa bem estruturado e interessante.
Era uma proposta muito motivadora para os alunos, porque envolvia atividades muito diversificadas e diferentes.
O programa permite abordar conteúdos de cidadania de forma lúdica e diferente.
Aplicabilidade imediata nos planos de tarefas da turma e continuidade a longo prazo.
Dada a sobrecarga que tem um professor em monodocência ao trabalhar 12 disciplinas, em 25 h semanais, torna-se difícil gerir e implementar certas dinâmicas, por mais atrativas que sejam.

Neste ponto, realça o facto de ser apontada a falta de tempo por parte dos professores, como um constrangimento à aplicação do Programa. Tal circunstância poderá ficar-se a dever, àquilo que muitos autores invocam e que Nóvoa (2007, pp. 8-9) tão bem caracteriza,

Não é possível preencher o fosso entre os discursos e as práticas se não houver um campo profissional autónomo, suficientemente rico e aberto. Hoje, num tempo tão carregado de referências ao trabalho cooperativo dos professores, é surpreendente a fragilidade dos movimentos pedagógicos que desempenharam ao longo das décadas um papel central na inovação educacional. Estes movimentos, tantas vezes baseados em redes informais e associativas, são espaços insubstituíveis no desenvolvimento profissional dos professores.

Nesta linha de pensamento, somos de opinião que, sem tempo para dedicar à implementação de novos projetos e para os discutir e articular com os colegas, por muita vontade que possa existir e por mais interessante que possa ser, nenhum Professor conseguirá ser totalmente bem sucedido nos seus desígnios.

Quando questionados sobre a forma como o Programa “A Aventura da Vida” influenciou a saúde, o bem estar e a aprendizagem dos alunos, verificamos que 5 referem

que o Programa influenciou positivamente e que os restantes 13 referem que influenciou muito positivamente. Justificam as suas respostas, tecendo as considerações que sintetizamos no quadro seguinte.

Quadro 3.2.2 – Inquérito aos Professores – Impacto

Unidade de registo
Ao nível das atitudes e valores, tendo os alunos sido motivados para atitudes positivas. Influência ao nível de bem-estar físico e mental.
Ao nível da alimentação verifico que há mais cuidado na preparação dos lanches
Dado o interesse dos temas e a sua pertinência, considero que a influência foi positiva, alertando-os para os comportamentos a evitar.
Um exemplo que posso referir é que passou a verificar-se mais empenho na higiene oral
Os alunos envolveram-se ativamente na concretização das atividades propostas e continuam a praticar aprendizagens adquiridas, como os lanches saudáveis.
Na promoção, diariamente, de hábitos de vida saudável, estímulos a comportamentos e atitudes responsáveis e respeitadoras, na reflexão crítica, na tolerância e na interajuda entre pares.
De forma mais imediata refletiu-se na " cor das lancheiras", tendo em consideração que são os comportamentos mais " fáceis" de alterar com o envolvimento das famílias. A médio e longo prazo vão surgindo outras alterações comportamentais.
Eles acharam interessante e participaram ativamente
Teve impacto positivo na vida dos alunos. Visível através de comportamentos observáveis.
A maioria dos alunos sentiram que estavam a utilizar comportamentos errados em relação à sua saúde.
O facto de refletirmos sobre estas temáticas torna os alunos mais sensíveis aos temas e mais interventivos.
Todos os temas despertaram, nos alunos, atitudes positivas.
Mudança significativa de hábitos, potenciando a saúde individual e coletiva.
Permitiu dar continuidade a algumas rotinas já implementadas e reforçou conteúdos abordados como a escolha de hábitos de vida saudáveis, relações e limites...

Os Professores, ao serem questionados sobre se sentiram que estas mudanças eram reconhecidas na escola, verificamos que 12, responderam que sim, parcialmente e os restantes 6, responderam que sim, totalmente. Para justificar as suas respostas apresentam as razões que se apresentam no quadro seguinte.

Quadro 3.2.3 – Inquérito aos Professores – Reconhecimento

Unidade de registo
Nem sempre.
Penso que são reconhecidas. Tudo o que implique comportamentos mais saudáveis, é visível na escola.
Foram criadas condições para que fosse possível os alunos escovarem os dentes depois do almoço.
Alguns colegas e adultos reconhecem nesta turma a implementação de hábitos saudáveis, como o consumo de fruta.
Nos desafios diários que vão conquistando, na resolução dos conflitos que surgem, no respeito e nos hábitos saudáveis que vão interiorizando e partilhado uns com os outros.
Trabalho numa escola com 2 turmas. Como as duas titulares participaram na ação de capacitação do Programa “A Aventura da Vida”, a implementação do projeto foi a nível global. Desta forma existem mudanças e dinâmicas facilmente reconhecidas.
Observa-se reconhecimento.

Nem todos os alunos colaboram sempre e se em casa as atividades não são valorizadas elas caem por terra na escola.
O agrupamento é grande e nem sempre é possível haver conhecimento de tudo.
Considero que são reconhecidas, mas ainda é preciso envolver mais todos os agentes educativos.
Apesar de ter replicado em departamento, poucos colegas aderiram ao desafio.
Por exemplo, através da observação direta, pude perceber que passaram a trazer lanches mais saudáveis, nas formas como referiam alguns exemplos dos vídeos a que assistiram, nas diversas temáticas...

Quando questionados sobre se continuam, ainda hoje, a aplicar o Programa “A Aventura da Vida”, responderam que sim, 12 dos respondentes e que não, os restantes 6. Ao justificarem o motivo, verificamos as afirmações sintetizadas no quadro a seguir.

Quadro 3.2.4 – Inquérito aos Professores – Continuidade

Unidade de registo
Neste ano não desempenho funções de professora titular de turma.
Este ano não apliquei devido a estar a inserida em outros projetos, mas o grupo turma que tenho esteve três anos a usufruir do programa.
Utilizo várias atividades nomeadamente em trabalhos de grupo
Não, porque neste momento encontro-me a desempenhar outras funções no Agrupamento, e não tenho turma atribuída.
As questões ambientais continuam a ser trabalhadas de forma enfática
Continuamos a recorrer aos conhecimentos adquiridos para promover no quotidiano, hábitos de vida saudáveis.
Sempre que é oportuno e/ou surge necessidade, para alertar, elucidar, ajudar na tomada de decisões ou na resolução de conflitos ou desafios.
As temáticas do projeto são sempre pertinentes e as competências necessárias ao desenvolvimento harmonioso das crianças.
Como expliquei anteriormente, está a ser difícil conciliar todas as atividades e solicitações diárias
Em atividades pontuais, dado tratar-se de uma turma de continuidade.
Fiquei com os materiais e seria muito mau se não os utilizasse
Utilizo em especial os vídeos como situações de apresentação do tema.
Neste momento exerço funções na Direção do Agrupamento e não tenho turma atribuída.
Por exemplo com o preenchimento diário do Passaporte Aventura.
No ano após a formação, estive sem componente letiva e este ano iniciei com um primeiro ano, cujas idades revelam ainda pouca autonomia.

No que respeita à “**Motivação**”, em face das respostas dos inquiridos, verificamos que a grande maioria, antes da ação de capacitação, desconhecia em absoluto a existência do Programa. Mas, presentemente, sentem-se motivados para o aplicar, sendo que aqueles que não o fazem, é só por terem outras funções ou não terem turma atribuída que lhes permita dar continuidade à aplicação do Programa. Houve ainda um docente que salientou que a aplicação do Programa com os alunos do 1.º ano se tornava difícil, na medida em que os alunos revelam uma baixa autonomia. Todos referem que a aplicação do Programa “A

“Aventura da Vida” influencia positivamente a saúde, o bem estar e a aprendizagem dos alunos e que essas mudanças são reconhecidas na escola, mais ou menos, de acordo com a escola em que se encontram inseridos, mas reconhecidas em termos gerais. Importa ainda destacar que, apesar do reconhecimento, houve docentes que referiram a dificuldade em conciliar todas as atividades e em responder a todas as solicitações diárias com que se deparam, bem como a necessidade de envolver mais todos os agentes educativos. Por fim, um docente referiu que apesar do reconhecimento, e de ter apresentado o Programa em sede de departamento, poucos foram os colegas que aderiram ao desafio. Neste sentido, voltamos a encontrar a referência às dificuldades sentidas pelos professores, mas que, e tal como refere Maria Flores (2016, p. 49), estes “conseguem encontrar, intrinsecamente e na relação com os outros, energia e (auto)motivação para desenvolverem o seu profissionalismo.”

Na Parte III do Inquérito por questionário realizados aos Professores pretendemos avaliar – Educação para a saúde – O Programa “A Aventura da Vida”. Tendo solicitado aos professores que, numa escala de 1 a 5, sendo que 1 representa o “muito insatisfeito” e o 5 o “muito satisfeito, refiram o seu grau de satisfação com o Programa “A Aventura da Vida”, verificamos que 1 refere estar muito insatisfeito com o Programa e que 8 muito satisfeitos e os restantes 9, satisfeitos, conforme consta do gráfico seguinte.

Numa escala de 1 a 5, sendo 1 muito insatisfeito e 5 muito satisfeito, qual é o seu grau de satisfação com o Programa "A Aventura da Vida"?

18 respostas

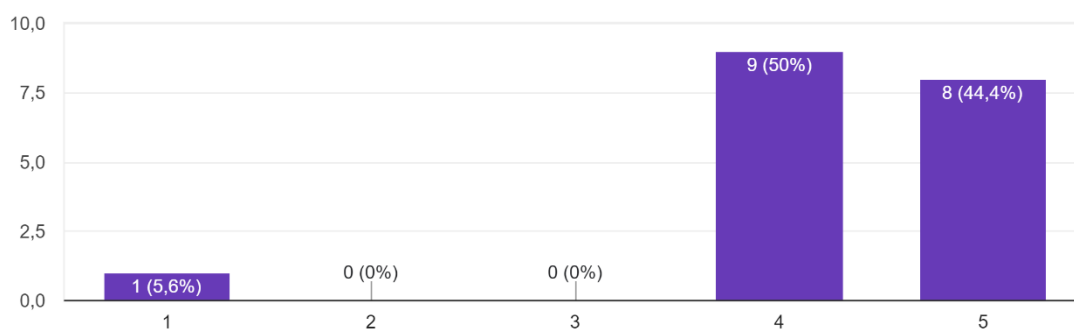


Gráfico 3.2.3 – Grau de satisfação com o Programa “A Aventura da Vida”

Já no que respeita ao grau de adequação dos materiais do Programa “A Aventura da Vida” ao contexto escolar, 1 refere que os mesmos são pouco adequados, sendo que os restantes se dividem em adequados (8) e muito adequados (9). Ainda neste âmbito,

relativamente à relevância e atualidade do Programa para a Educação para a saúde, todos são unânimes (18) em afirmar que o mesmo é totalmente relevante.

Quando questionados sobre os principais impactos sentidos na escola depois de aplicado o Programa “A Aventura da Vida”, 6 referem que sentiram uma maior participação escolar, 10 referem sentir uma maior comunicação escolar, 7 referem perceber uma maior colaboração escolar e por fim, 6 percebem um melhor clima escolar. A totalidade dos respondentes (18), referiu ainda que recomendaria o Programa “A Aventura da Vida” a outros Professores, justificando a sua resposta com as afirmações que apresentamos no quadro a seguir.

Quadro 3.2.5 – Recomendação

Unidade de registo
É um bom ponto de partida para trabalharmos temáticas muito importantes para os alunos e suas famílias, sempre com a sua motivação.
Todos os docentes beneficiariam com este programa, sendo que poderiam sempre optar pela parte que os motiva mais.
É um programa importante
As temáticas desenvolvidas são fundamentais para um desenvolvimento saudável das crianças.
Julgo que os materiais disponibilizados são interessantes e úteis e dispensam a produção de outros
É uma oportunidade valiosa de aquisição de conhecimentos e de os praticar com os alunos, com reflexos positivos de cidadania.
É muito interessante com propostas de trabalho diversificadas e práticas que facilitam e promovem o sucesso das nossas crianças. Disponibilizam diversos recursos educativos, muito apelativos, que nos ajudam e facilitam no trabalho em sala de aula...
O programa fornece instrumentos/ferramentas essenciais para promover, preventivamente, hábitos de vida saudável assim como o desenvolvimento harmonioso e integral da criança.
Pelo interesse e relevância pedagógica do programa.
Porque é uma ação prática e que nos ensina estratégias para trabalhar em sala de aula.
Todas as temáticas são muito importantes para o desenvolvimento, quer físico, quer emocional, saudável das crianças.
Já o fiz aquando da minha formação.
Os temas abordados são interessantes e sempre atuais.

Por sua vez, quando questionados sobre o que poderia ser melhorado no Programa "A Aventura da Vida", responderam da forma que se apresenta no quadro a seguir.

Quadro 3.2.6 – O que pode ser melhorado

Unidade de registo
Os alunos das turmas que participam no programa deveriam ter os manuais /cadernetas (um para cada um).
Concretização de mais materiais.
Nada a referir
Está bem organizado. Poderia, provavelmente, ser subdividido.

Gostei da forma como decorreu, tendo em consideração que assim pude usufruir do mesmo e se fosse de forma presencial não poderia porque estou bastante distante de Aveiro. Não tenho qualquer sugestão porque permitiu uma gestão autónoma do tempo e implementação das tarefas.
O aspeto gráfico das bandas desenhadas e vídeos
Nada a apontar
A chegada de materiais atempadamente durante a aplicação do programa à turma.
Mais formação.
A qualidade/apresentação dos materiais deveria ser mais atrativa, com imagens mais atualizadas, dado que seria ainda mais apelativo para as crianças.

Nesta parte do questionário, em que pretendíamos avaliar - **Educação para a saúde – O Programa “A Aventura da Vida”**, verificamos que, com a exceção de um docente, os restantes se manifestam satisfeitas com o Programa e com o grau de adequação dos materiais disponibilizados. Já no que respeita ao facto de recomendarem a outros docentes a aplicação deste, todos afirmaram que o fariam, tendo salientado que a aplicação do Programa contribui para uma maior participação escolar, uma maior comunicação escolar, uma maior colaboração escolar e um melhor clima escolar. Importa ainda realçar que, no geral, salientaram a necessidade de existirem mais manuais e cadernetas disponíveis nas escolas, a necessidade de algumas melhorias no aspeto gráfico das bandas desenhadas e dos vídeos, para se tornarem mais atrativos e de mais formação para a aplicação do Programa, resultados que vão ao encontro daquilo que é defendido por Souza e Bonito (2020, sp), quando afirmam que,

um projeto não se consegue implementar apenas por decreto: formação para professores, recursos, definição de metodologias de trabalho e envolvimento das famílias dos alunos e de outros parceiros são elementos estruturantes sem os quais a escola não consegue contribuir para o desenvolvimento de skills nas crianças e nos jovens para agir e gerar mudança para estilos de vida saudáveis.

Já na parte IV do Inquérito por Questionário aos Professores, procurámos avaliar o – Impacto da implementação do Programa “A Aventura da Vida” nos alunos, tendo questionado sobre se, depois da aplicação do Programa, os alunos revelaram uma maior preocupação com a adoção de estilos de vida saudável, tendo a totalidade dos respondentes (18), afirmado que sim.

Questionados sobre quais foram os principais resultados que alcançaram com os alunos após a aplicação do Programa, podendo assinalar mais que uma opção, verificamos que 1 respondeu que verificou um melhor desempenho académico, 12 referiram ter

verificado um melhor comportamento escolar, 12 responderam ter verificado uma melhor saúde física, 7 assinalaram uma melhor saúde mental, 10 registaram uma melhor qualidade de vida e 12 salientaram uma melhor convivência social, conforme consta do gráfico a seguir apresentado.

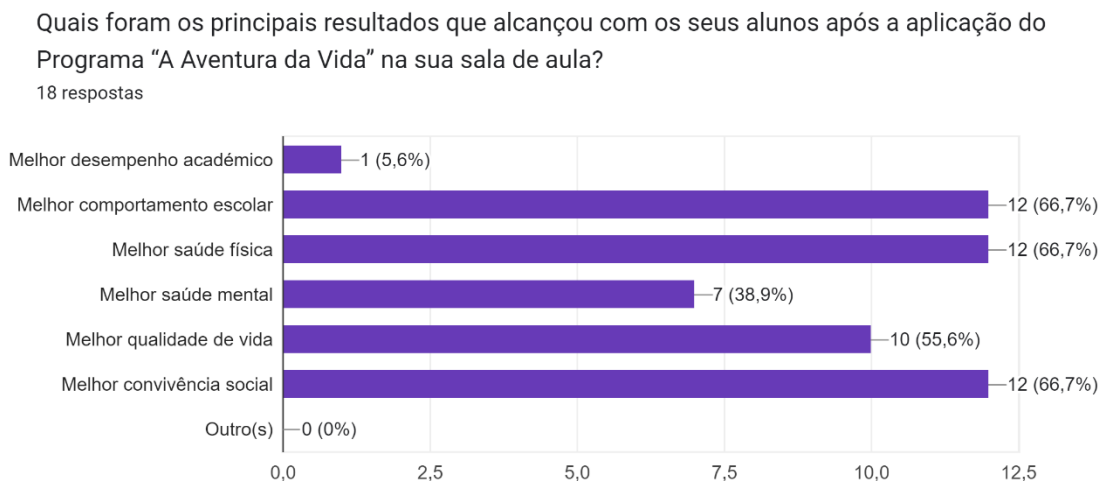


Gráfico 3.2.4 – Principais resultados alcançados depois da aplicação do Programa “A Aventura da Vida”

Foi ainda solicitado aos respondentes que indicassem o seu grau de concordância com a afirmação: O Programa “A Aventura da Vida” favoreceu a qualidade das relações entre os alunos, tendo 1 manifestado a sua indiferença perante tal afirmação, 8 a sua concordância com a mesma e 9, a sua total concordância.

Com vista a avaliar o **Impacto da implementação do Programa “A Aventura da Vida” nos alunos**, de acordo com as respostas dos inquiridos, constatámos que depois da aplicação do Programa, os alunos revelaram uma maior preocupação com a adoção de estilos de vida saudável, salientando que um melhor desempenho académico, uma melhoria no comportamento escolar, mais saúde física, maior saúde mental, mais qualidade de vida e uma melhoria na convivência social são fatores apontados pelos inquiridos como resultados da aplicação do programa na vida dos alunos, considerando ainda, a grande maioria, que a aplicação do Programa contribui para favorecer a qualidade das relações entre os alunos. Nestes termos, podemos afirmar que através deste Programa se contribui também para a materialização do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, que consiste em “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover

oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (UNESCO, 2021), na medida em que é permitido aos alunos que

adquiram conhecimentos e competências necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, através da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e de não violência, cidadania global, valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 2021)

Por sua vez, na parte V do Inquérito por questionário realizados aos professores – sobre o Impacto da implementação do Programa “A Aventura da Vida” no Professor, foram os mesmos inquiridos sobre o grau de concordância com a afirmação: O Programa “A Aventura da Vida” proporcionou-me a oportunidade para melhorar o meu trabalho enquanto docente. Perante o solicitado, 13 concordaram totalmente com a afirmação proferida e os restantes 5 concordaram. Quando questionados sobre a forma como viram alteradas as suas práticas pedagógicas após participarem no Programa “A Aventura da Vida”, os respondentes assinalaram o seguinte:



Gráfico 3.2.5 – Alterações das práticas pedagógicas verificadas após aplicação do Programa “A Aventura da Vida”

Ou seja, dos 18 respondentes, 6 referiram ter utilizado mais recursos pedagógicos diversificados e adequados aos temas de saúde. 5 referiram ter promovido mais a participação ativa e crítica dos alunos nas atividades de saúde. 1 referiu que integrou mais

os temas de saúde no currículo e nas disciplinas. 3 referiram ter articulado mais com outros professores, com os alunos, com os pais e com a comunidade. 2 referiram ter avaliado mais as aprendizagens e os comportamentos dos alunos em relação à saúde e 1 referiu não ter alterado as suas práticas pedagógicas.

Por sua vez, quando questionados sobre se o Programa os ajudou a aprofundar os conhecimentos sobre os temas da saúde, 6 referiram que sim, 11 referiram que sim totalmente e 1 referiu indiferença. E quando confrontados com os principais benefícios que, enquanto professores, obtiveram após a implementação do Programa, podendo assinalar mais que uma opção, 7 referiram uma maior satisfação profissional, 4 referiram uma maior motivação profissional, 11 referiram uma maior formação profissional e 5 assinalaram uma maior inovação profissional, conforme consta do gráfico a seguir apresentado.

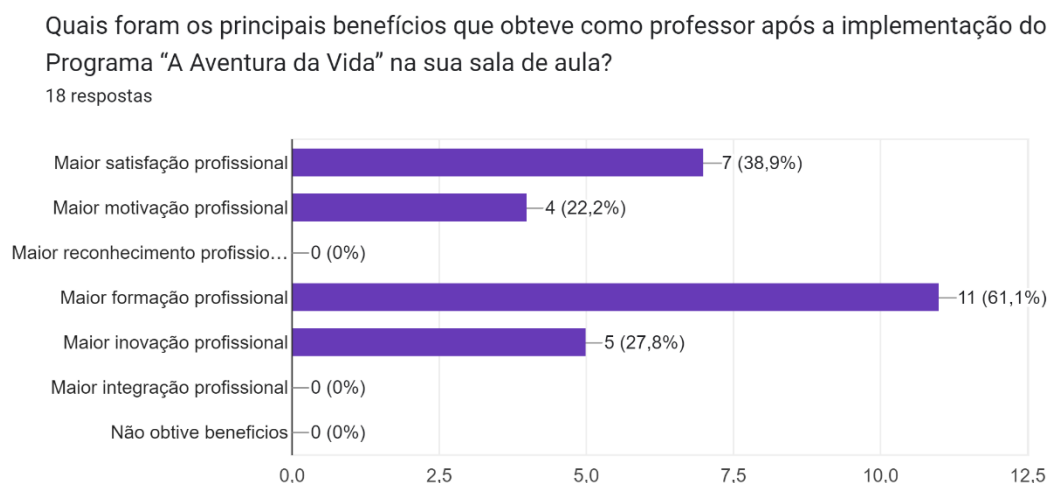


Gráfico 3.2.6 – Principais benefícios após implementação do Programa “A Aventura da Vida”

Nestes termos, preconizamos a perspetiva de Alarcão (2001, p. 11), quando afirma que,

formar é organizar contextos de aprendizagem, exigentes e estimulantes, isto é, ambientes formativos que favoreçam o cultivo de atitudes saudáveis e o desabrochar das capacidades de cada um com vista ao desenvolvimento das competências que lhes permitam viver em sociedade, ou seja nela conviver e intervir em interação com os outros cidadãos.

Na medida em que a alteração das práticas pedagógicas que resultou da aplicação do Programa e os resultados obtidos junto dos alunos, revelam a intenção destes docentes em

criarem ambientes formativos que promovem a aprendizagem dos alunos e o desenvolvimento de competências pessoais que lhes permitam fazer face à vida em sociedade com uma atitude mais consciente e saudável.

Já no que concerne às principais dificuldades encontradas para aplicar o Programa “A Aventura da Vida”, 13 dos respondentes assinalaram a falta de tempo, 3 referiram a falta de material, 1 mencionou a resistência dos pais e 4 referiram não ter tido dificuldades, conforme consta do gráfico seguinte.

Quais foram as principais dificuldades que encontrou para aplicar o Programa “A Aventura da Vida” na sua sala de aula?

18 respostas

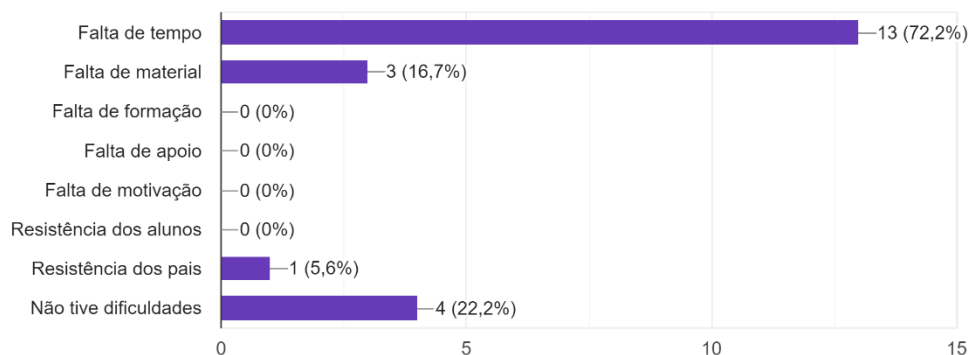


Gráfico 3.2.7 – Principais dificuldades encontradas para aplicar o Programa “A Aventura da Vida”

Por fim, quando lhes foi solicitado que indicassem o seu grau de concordância com a seguinte afirmação: O Programa “A Aventura da Vida” fez-se refletir sobre a minha visão sobre a liderança, 8 não tiveram opinião sobre a mesma, 6 concordaram e 4 concordaram totalmente.

Com vista a avaliar o **Impacto da implementação do Programa “A Aventura da Vida” no Professor**, de acordo com as respostas dos inquiridos, constatamos que depois da aplicação, os mesmos consideram que o Programa lhes proporcionou uma oportunidade para melhorar o seu trabalho enquanto docentes, fazendo-os refletir, na maioria, sobre as visões que tinham sobre a liderança e contribuindo para que pudessem alterar as suas práticas pedagógicas. Salientaram ainda as dificuldades sentidas aquando da aplicação do Programa, tendo destacado a falta de tempo, a falta de material e a resistência dos pais.

Neste momento, importa referir, tal como afirma Maria Flores, que

A resiliência dos professores decorre, em grande medida, dos seus valores profissionais e do bom clima existente no seu contexto de trabalho que contribui para a superação do desânimo e de sentimentos de resignação. Para isso muito contribuem as relações profissionais de colaboração e entreajuda e as dimensões afetivas e emocionais do seu trabalho. (Flores, 2016, pp. 49-50)

Ressalta assim, do nosso estudo, a resiliência que caracteriza muitos professores que, apesar das dificuldades sentidas, lutam e superam obstáculos.

Na parte VI – visou-se aferir sobre O Programa “A Aventurada Vida” e as alterações verificadas, pelo que quando questionados sobre a quantidade de horas, por semana, dedicadas ao Programa, 2 referiram não dedicar qualquer hora, 5 referiram dedicar menos de uma hora por semana e 11 referiram que dedicavam entre uma a duas horas por semana ao Programa. Relativamente ao número de atividades realizadas com os alunos, 1 referiu não realizar qualquer atividade no âmbito do Programa, 7 referiram que já realizaram entre 1 a 5 atividades, 5 referiram ter realizado entre 6 a 10 atividades e 5 referiram que já realizaram mais de 10 atividades. Neste sentido, é pertinente mencionar que o Programa "A Aventura da Vida", conforme descrito por Bomfim, Correia, Henriques e Rodrigues (2024), não é uma solução de aplicação única. Trata-se de uma base a ser explorada e desenvolvida em cada contexto específico, em cada turma e em cada ano escolar. Desta forma, a continuidade da sua aplicação, bem como a cooperação entre os docentes, é crucial.

Quando questionados sobre se o Programa contribui para o seu desenvolvimento profissional e pessoal, 10 referiram que sim, parcialmente e 8 referiram sim, totalmente. Já sobre a questão sobre terem contado com o apoio de algum Técnico Municipal, aquando da aplicação do programa, todos (18) foram unânimes em referir que não.

Relativamente ao impacto da implementação do Programa “A Aventura da Vida”, foram convidados a assinalar a área em que o programa mais se destaca, sendo que 8 assinalaram a qualidade das relações, 7 destacaram o grau de participação e 3 referiram a satisfação com a escola. Por fim, relativamente ao Clima de Escola, foram questionados sobre se, após a implementação do programa, perceberam alguma mudança no mesmo, sendo que, 3 referiram que sim, melhorou muito e 15 responderam que sim, melhorou um pouco, conforme consta dos gráficos a seguir apresentados.

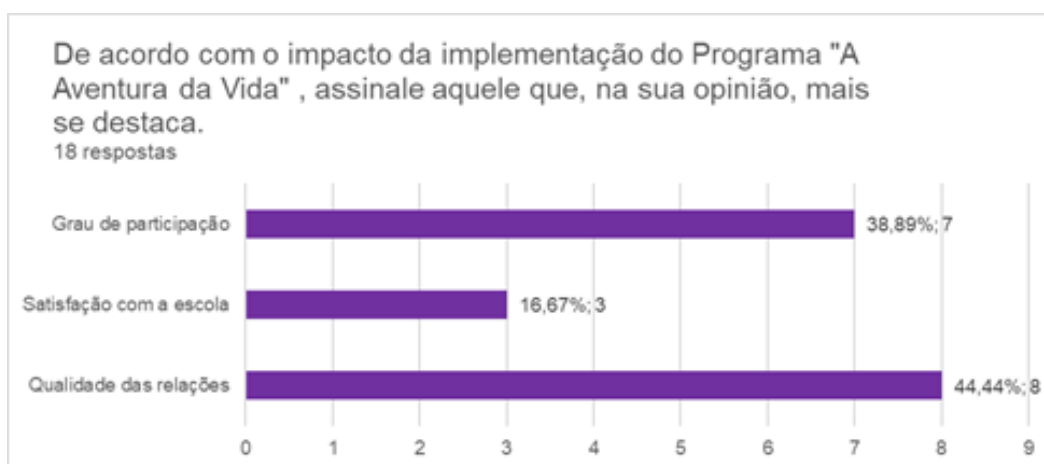


Gráfico 3.2.8 – Impacto da aplicação do Programa “A Aventura da Vida”



Gráfico 3.2.9 – Clima Escolar

Por fim, na parte do questionário que visa aferir sobre **O Programa “A Aventura da Vida” e as alterações verificadas**, perante as respostas obtidas, podemos referir que nenhum dos inquiridos contou com a colaboração dos técnicos Municipais na aplicação do Programa e que consideram que o mesmo se destaca em áreas como a qualidade das relações, o grau de participação e a satisfação com a escola, sendo que, consideram que o mesmo contribuiu, em termos gerais, para melhorar o clima de escola e para o seu desempenho profissional, independentemente do número de horas e de atividades realizadas com os alunos que o mesmo utiliza na aplicação do Programa.

3.3. Inquérito por Questionário aos alunos

Tendo-se verificado a disponibilidade de duas professoras de um Agrupamento para colaborar com os alunos das suas turmas neste estudo, foi o presente questionário respondido por duas turmas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, do 1.º e 3.º ano de escolaridade,

perfazendo um total de 32 alunos participantes. As idades dos mesmos variam entre os 6 e os 10 anos, sendo que 15 são do sexo feminino e 17 do sexo masculino.

Quando questionados sobre se participaram nas atividades realizadas em sala de aula, no âmbito do Programa “A Aventura da Vida”, 1 referiu que não e os restantes 31 responderam que sim. Já no que respeita ao que sentem quando tomam conhecimento que vão realizar atividades no âmbito deste Programa, 3 responderam que lhes era indiferente e 29 referiram que se sentiam entusiasmados.

Relativamente às mudanças sentidas desde que iniciaram as atividades do Programa, a maioria referiu sentir-se melhor em vários domínios, designadamente, na gestão das emoções, no bem-estar geral, no gosto pelas atividades físicas, no cuidado com a alimentação, com o evitar de brigas no recreio, maior proximidade com a professora, a sentir-se bem nas aulas, a gostar de si próprio, a sentir que faz parte da escola, maior felicidade e maior facilidade em tomar decisões – como se apresenta no gráfico seguinte.

Desde que começou o Programa “A Aventura da Vida” que mudanças sentes? - Para cada um dos aspetos seguintes, assinala a imagem que melhor responde ao teu sentir.

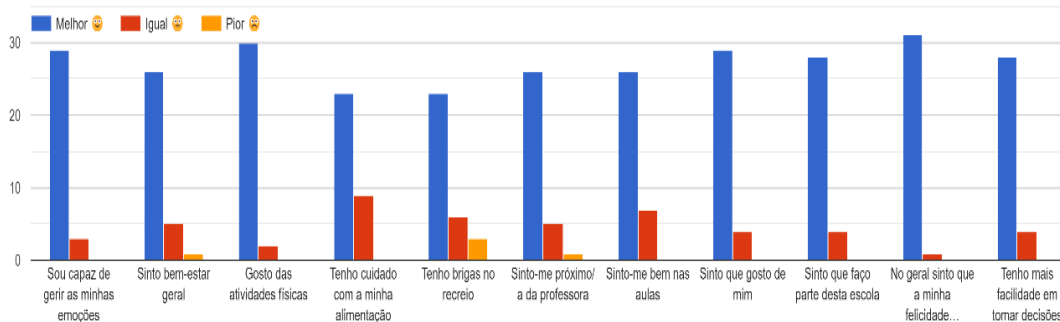


Gráfico 3.3.1 – Mudanças sentidas

O entusiasmo manifestado pelos alunos e as mudanças sentidas decorrentes da aplicação do Programa “A Aventura da Vida”, vão ao encontro da importância destas iniciativas, identificadas pela IUHPE (2009, sp), quando, nas Diretrizes para promover a saúde em meio escolar, é referido que se foi “tornando clara a necessidade de se fazer mais do que apenas dar aulas de educação para a saúde no âmbito dos programas escolares, se quisermos que as escolas desenvolvam todo o seu potencial de promoverem a saúde de todas as crianças e jovens”.

Já no que respeita aos Hábitos Saudáveis, com as atividades do Programa “A Aventura da Vida”, verificamos que a maioria respondeu que aprendeu coisas novas

relacionadas com a atividade física e o descanso, a alimentação, a segurança e a higiene. A maioria referiu também ainda não ter aprendido coisas novas relacionadas com o uso de medicamentos, o consumo de álcool e o consumo de tabaco, como se pode constatar no grafico seguinte.

No que respeita a Hábitos Saudáveis, com o Programa "A Aventura da Vida" aprendeste coisas novas em relação a...

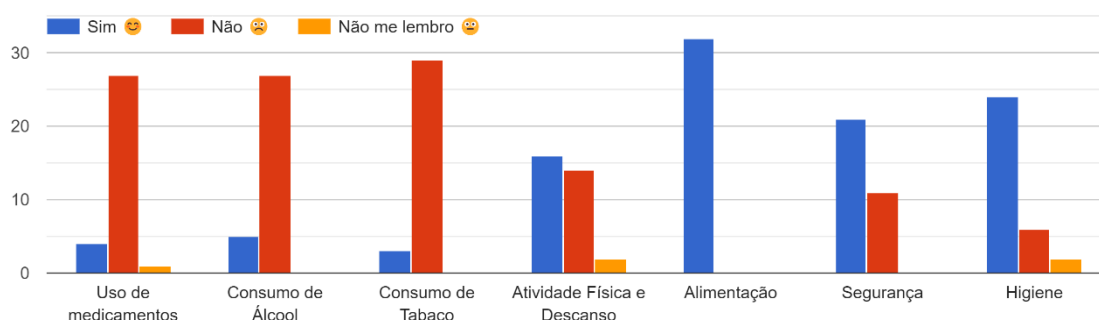


Gráfico 3.3.2 – Aprendizagens

Por fim, quando questionados sobre se consideravam, de acordo com a própria experiência, que os colegas de outras salas poderiam aprender com as atividades do Programa “A Aventura da Vida, 1 respondeu que não e os restantes 31 responderam que sim.

Relativamente ao questionário aplicado aos alunos, em face das respostas obtidas, podemos referir que a grande maioria participou nas atividades realizadas e que se manifestam entusiasmados sempre que são convidados a participar nas mesmas, salientando que também os colegas de outras salas poderiam aprender com este programa. Foram ainda referidas as aprendizagens em áreas como a atividade física e o descanso, a alimentação, a segurança e a higiene, salientando o facto de se sentirem mais confortáveis na gestão das emoções, a apresentar um bem-estar geral, no gosto pelas atividades físicas, no cuidado com a alimentação, o evitar brigas no recreio, uma maior proximidade com a professora, a sentir-se bem nas aulas, a gostar de si próprios, a sentir que fazem parte da escola, mais felicidade e maior facilidade em tomar decisões.

Neste âmbito, podemos concluir que, tal como é referido no Protocolo celebrado entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, em 2006, a promoção de educação para a saúde nas escolas “contribui para a aquisição de competências das crianças e dos

jovens, permitindo-lhes confrontar-se positivamente consigo próprios, construírem um projeto de vida e serem capazes de fazer escolhas individuais, conscientes e responsáveis.” Deste modo, resulta do presente estudo a importância que os alunos dão a Projetos como “A Aventura da Vida” e o impacto positivo que estes assumem, quer no percurso escolar, quer na vida dos alunos. (SNS, 2006, sp)

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Este estudo visa perceber **que efeitos e impactos da capacitação e da implementação do Programa "A Aventura da Vida" são percebidos por professores e alunos**. Deste modo e considerando que as competências, quer dos Municípios, quer das Comunidades intermunicipais, no âmbito da educação, têm vindo a aumentar por força da lei e, neste caso concreto, nos anos letivos 2021/2022 e 2022/2023, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leira apresentou uma atividade de relevo nesta área. Tal é perceptível nas inúmeras ações desenvolvidas e que vão ao encontro do estudo empírico apresentado. No enquadramento teórico deste trabalho, foi desenvolvida uma estratégia que nos permitiu analisar, através de várias vertentes, as observáveis que nos poderiam conduzir no sentido de responder, quer à questão inicial de investigação, quer às restantes questões que pretendíamos ver respondidas.

Assim, uma das vertentes deste estudo passou pela análise dos projetos educativos dos sete Agrupamentos de Escolas em estudo, resultando o facto de todos eles elencarem atividades que pretendem desenvolver com vista a reforçar, por um lado, um clima de escola positivo e, por outro, uma liderança dos professores que assente numa melhor comunicação, na valorização das lideranças intermédias, na promoção de uma cultura de cooperação, na partilha de estratégias e práticas pedagógicas, bem como uma aposta na motivação de toda a comunidade escolar, uma boa gestão de conflitos e uma educação inclusiva.

Outra das vertentes deste estudo assentou na análise das ações de capacitação desenvolvidas (2021/2022 e 2022/2023), relevando o facto de ser unânime a boa aceitação do Programa, como se percebe dos testemunhos dos formandos. Contudo, também sobressai a necessidade de uma maior articulação com a CIMRL e os respetivos Agrupamentos de Escolas, na medida em que, em alguns casos, foi apontada como uma das dificuldades sentidas, o difícil acesso aos recursos disponibilizados para poderem aplicar o Programa em contexto de sala de aula. Por sua vez, já numa fase pós ação de capacitação, verificamos que os docentes continuam a considerar o Programa importante e que a sua aplicação tem sido uma excelente experiência que se reflete de forma muito positiva nos alunos, quer pelo interesse, quer pelo entusiasmo manifestado pelos mesmos.

Os docentes destacam ainda a importância da flexibilidade da aplicabilidade do Programa e o facto de resultar da aplicação alguma surpresa, na medida em que o Programa permite a envolvimento da família e da comunidade, com vista a contribuir para uma participação ativa e lúdica para a aquisição de hábitos de vida saudáveis. Caracterizam ainda a interdisciplinaridade do Programa e a forma entusiasta como os alunos se envolvem nas atividades, como apontamentos positivos a considerar. Segundo os mesmos, é ainda enaltecida a forma participativa, colaborativa e o interesse demonstrado pelos alunos aquando da aplicação do Programa, algo que consideram gratificante e que contribui para um enriquecimento emocional e mental dos alunos.

Foi ainda possível verificar que a grande maioria dos docentes, antes da ação de capacitação, desconhecia em absoluto a existência do Programa, mas que, presentemente, se sentem motivados para o aplicar e que aqueles que não o fazem, isto só acontece por terem outras funções ou não terem turma atribuída que lhes permita dar continuidade à aplicação do Programa. Houve apenas um docente que salientou que a aplicação do Programa com os alunos do 1.º ano se tornava difícil, na medida em que os alunos revelam uma baixa autonomia. Efetivamente, de acordo com a informação recolhida na página online da Fundación Edex¹, o programa está concebido para alunos dos 3.º e 4.º anos do 1.º CEB. Todos referem que a aplicação do Programa “A Aventura da Vida” influencia a saúde, o bem estar e a aprendizagem dos alunos e que essas mudanças são reconhecidas na escola, mais ou menos, de acordo com a escola em que se encontram inseridos, mas reconhecidas em termos gerais. Importa ainda destacar que, apesar do reconhecimento, houve docentes que referiram a dificuldade em conciliar todas as atividades e em responder a todas as solicitações diárias com que se deparam, bem como a necessidade de envolver mais todos os agentes educativos. Por fim, um docente referiu que apesar do reconhecimento e de ter apresentado o Programa em sede de departamento, poucos foram os colegas que aderiram ao desafio.

Quando é avaliado, o Programa “A Aventura da Vida”, enquanto programa de educação para a saúde, verificámos que a grande maioria dos Professores se manifesta satisfeita com o Programa e com o grau de adequação dos materiais disponibilizados, referindo que o recomendariam a outros colegas de profissão, na medida em que contribui para uma maior participação escolar, uma maior comunicação escolar, uma maior colaboração escolar e um melhor clima escolar. Importa ainda realçar que, no geral,

¹ <http://aaventuradavida.com/>

salientaram a necessidade de existirem mais manuais e cadernetas disponíveis nas escolas, a necessidade de algumas melhorias no aspeto gráfico das bandas desenhadas e dos vídeos para se tornarem mais atrativos e de mais formação para a aplicação do Programa.

Resulta ainda deste estudo que, depois da aplicação do Programa, os alunos revelaram uma maior preocupação com a adoção de estilos de vida saudável, salientando um melhor desempenho académico, uma melhoria no comportamento escolar, mais saúde física, maior saúde mental, mais qualidade de vida e uma melhoria na convivência social, sendo considerado ainda que a aplicação do Programa contribuiu para favorecer a qualidade das relações entre os alunos.

Relativamente ao Impacto da implementação do Programa “A Aventura da Vida” no Professor, constatámos que os mesmos consideram que o Programa lhes proporcionou uma oportunidade para melhorar o seu trabalho enquanto docentes, fazendo-os refletir sobre a visão que tinham sobre a liderança e contribuindo para que pudessem alterar as suas práticas pedagógicas. Salientaram ainda as dificuldades sentidas aquando da aplicação do Programa, tendo destacado a falta de tempo, a falta de material e a resistência dos pais.

No que respeita às alterações verificadas, resulta deste estudo que, apesar de nenhum dos docentes ter contado com a colaboração dos Técnicos Municipais, que frequentaram com sucesso as ações de capacitação promovidas, os mesmos continuaram a aplicar o Programa, salientando que o mesmo se destaca em áreas como a promoção da qualidade das relações, o aumento do grau de participação e de satisfação com a escola, sendo que consideram que o mesmo contribuiu, em termos gerais, para melhorar o clima de escola e para o seu desempenho profissional, independentemente do número de horas que os mesmos dedicam à aplicação do Programa e do número de atividades realizadas com os alunos.

Por sua vez, na ótica dos alunos, este estudo permitiu perceber que os mesmos participaram de forma entusiasmada nas atividades realizadas, aprofundando os seus conhecimentos em áreas como a atividade física e o descanso, a alimentação, a segurança e a higiene, salientando o facto de se sentirem mais confortáveis na gestão das emoções, um bem-estar geral, reforço do gosto pelas atividades físicas, um maior cuidado com a alimentação, o evitar dos conflitos no recreio, uma maior proximidade com a professora, a sentir-se bem nas aulas, a gostar de si próprios, a sentir que fazem parte da escola, uma maior facilidade em tomar decisões e mais felicidade.

Assim, podemos afirmar que os resultados obtidos sugerem a mais-valia que caracteriza este Programa. Sobressai ainda uma percepção da relevância que o Programa assume, quer para docentes, quer para os alunos. Este Programa demonstra ser efetivo, mas o seu impacto pode ser amplificado ao ser incorporado no currículo escolar dos 3º e 4º anos do 1º Ciclo do Ensino Básico. Essa integração não otimiza apenas o trabalho dos professores, como também promove uma aprendizagem mais rica e consistente para os alunos, graças a uma abordagem estruturada e bem articulada.

Como corolário, o Programa “A Aventura da Vida” pode ser avaliado tendo por base algumas afirmações de professores que aqui sintetizamos, tais como: “as bases deste projeto são fundamentais para a construção do desenvolvimento dos temas. Está a ser uma ótima experiência”; “Concordo plenamente com a continuação deste projeto em anos seguintes”; “Tem sido muito gratificante ver o entusiasmo dos alunos, assim como o empenho e colaboração das famílias”, “a flexibilidade que a metodologia LAV possibilita é um fator de grande peso, pois a sugestão de atividades é apenas o início. Cabe a cada um de nós, docentes, olhar a turma, sentir os alunos e criar algo ajustado ao contexto em mãos”, “uma empolgante aventura, o contexto tem possibilitado aprendizagens muito significativas”.

No que respeita às limitações do estudo, consideramos que, tendo as ações de capacitação decorrido nos anos letivos de 2021/2022 e 2022/2023, algum tempo passou e não foi fácil localizar e solicitar a colaboração dos docentes para poderem participar neste estudo. Foi, neste âmbito, preciosa e determinante, a colaboração da Universidade Aberta e da CIMRL.

Ainda assim, importa referir que dos 18 professores que acederam a participar na investigação, enquanto docentes, apenas dois se disponibilizaram para colaborar com as suas turmas na recolha de dados aos alunos, o que foi uma limitação, uma vez que entendemos que o alargamento a mais turmas proporcionaria um estudo mais abrangente. Além disso, esta investigação teria sido muito mais completa se tivéssemos analisado e questionado os Técnicos Municipais, até para perceber o motivo de não terem dado continuidade à aplicação do Programa em colaboração com os docentes.

Quanto ao futuro, entendemos que apesar de os dados recolhidos nos permitirem confirmar o sucesso do Programa, parece-nos relevante apontar linhas orientadoras para

futuros estudos neste âmbito. Nestes termos, consideramos que seria relevante conhecer a percepção dos Encarregados de Educação acerca da implementação deste Projeto.

Consideramos, ainda, que seria de todo o interesse que em futuras ações de capacitação que venham a ser promovidas pela Universidade Aberta em Parceria com a CIMRL, se deveria, numa primeira fase, fazer uma apresentação do Programa aos Diretores de Agrupamento para que, também eles, ao conhecerem o Programa, pudessem incentivar os docentes a participar na ação de capacitação e conseqüente aplicação junto dos alunos.

No que resulta do estudo apresentado, somos de opinião que as falhas detetadas e as sugestões apresentadas pelos docentes e que se prendem com melhorias a efetuar nos recursos disponibilizados, bem como na sua distribuição pelas escolas, devam ser consideradas de modo a minimizar os danos e constrangimentos identificados.

Por fim, não menos importante, sugerimos que seja considerada a referência efetuada à necessidade de mais formação no âmbito do Programa “A Aventura da Vida”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, I. (2001). *Professor-investigador: Que sentido? Que formação?* In Cadernos de Formação de Professores, N° 1, pp. 21-30. Aveiro: INAFOP.
- ANMP (2000). *Transferência de competências – Educação*, pp. 1-7. <https://anmp.pt/file-viewer/?pstid=47986>
- ANMP (2004). *Resolução Final do XIV Congresso Nacional*, pp. 1-11. <https://anmp.pt/file-viewer/?pstid=36616>
- Antunes, D. (2017). *A Capacidade Institucional das Entidades Intermunicipais em Portugal: Um Caso comparativo na Zona Centro*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal).
- Antunes, R. & Silva, A. (2015). *A Liderança dos Professores para a Equidade e a Aprendizagem*. Revista Lusófona de Educação, 30 (30), 73-97.
- Assembleia da República (1999). Lei 159/99, In Diário da República n.º 215/1999, Série I-A, de 14 de setembro.
- Assembleia da República (2006). Lei n.º 13/2006, In Diário da República n.º 75/2006, Série I-A, de 17 de abril.
- Assembleia da República (2007). Lei n.º 2/2007, In Diário da República n.º 10/2007, Série I, de 15 de janeiro.
- Assembleia da República (2013). Lei n.º 75/2013, In Diário da República n.º 176/2013, Série I, de 12 de setembro.
- Assembleia da República (2018). Lei n.º 50/2018, In Diário da República n.º 157/2018, Série I, de 16 de agosto.
- Barrela, M. (2022). *Desafios da descentralização na educação: da teoria à prática*. Equipa de Projetos Interdisciplinares e de Formação da DGAE. 2.º ciclo de conferências.
- Barroso, J. (2013). *A emergência do local e os novos modos de regulação das políticas educativas*. Revista Educação: Temas & Problemas, pp. 13-25.

- Bomfim, N. R., Correia, S. L. C. P., Henriques, S., & Rodrigues, E. (2024). *Collaborative management in schools: Experiences on the role of Ibero-American Networks in Health Education*. Seven Editora, 195–209. <https://doi.org/10.56238/sevened2024.013-014>
- Borges, F. (2020). Gabinete da Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas. *Conhecer as Comunidades Intermunicipais e os Gabinetes de Apoio ao Emigrante*. https://pnaid.mne.gov.pt/images/identificacao_das_cime_gae.pdf
- Ceia, A. M. R. (2011). *Um olhar de dentro: o clima da escola na perspectiva do aluno*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal).
- CIMRL (2014). *Um Futuro, Um Território. Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Leiria. Região de Leiria 2020*. https://info.cimregiaodeleiria.pt/wp-content/uploads/CIMRL_SITE/EstrategiaIntegrada_Candidatura_jan2015.pdf
- CIMRL, s.d., *Educação*. <https://cimregiaodeleiria.pt/educacao/>
- Dal-Farra, R. A., & Lopes, P. T. C. (2014). *Métodos Mistos De Pesquisa Em Educação: Pressupostos Teóricos. Nuances: Estudos Sobre Educação*, 24(3), 67–80. <https://doi.org/10.14572/nuances.v24i3.2698>
- Dias, M. L. S. (2007). *O clima de escola visto pelos alunos: um estudo numa escola secundária no Concelho de Odivelas*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, Lisboa, Portugal).
- Faria, H. & Carvalho, G. (2004). *Escolas Promotoras de Saúde: Factores críticos para o sucesso da parceria Escola – Centro de Saúde*. *Revista Portuguesa de Saúde Pública* 22, 79-90.
- Ferraz, S. (2018). *Projeto Educativo de Escola. Análise reflexiva sobre o Projeto Educativo como promotor de eficácia da escola*. (Relatório de Atividade Profissional. Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Portugal).
- Flores, M. (2016). *Escola e sala de aula: a liderança dos professores*. In Machado, J. e Matias, J. (Orgs) (2016) *Professores e escolas: conhecimento, formação e ação*. Universidade Católica Editora, 31-54.

Fundación EDEX, s.d., A Aventura da Vida. <https://www.aaventuradavida.com/>

Gaspar, T., Guedes, F. B., Cerqueira, A., Matos, M. G., & Equipa Aventura Social (2022). A saúde dos adolescentes portugueses em contexto de pandemia. Dados nacionais do estudo HBSC 2022. https://aventurasocial.com/dt_portfolios/a-saude-dos-adolescentes-portugueses-em-contexto-de-pandemia-dados-nacionais-2022/

Gonçalves, Eva, Sebastião, João, & Capucha, Luís. (2024). Transferência de competências educativas em Portugal: novas funções de velhos agentes. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (105), 99-20. <https://doi.org/10.7458/spp202410531289>

Henriques, S., Molero, J. C. (2022). La Aventura de la Vida – una experiencia de formación online vinculada al contexto. EDEX – Educar para vivir, educar para convivir. <http://hdl.handle.net/10400.2/12094>

IUHPE - International Union for Health Promotion and Education. (2009). Construindo Escolas Promotoras de Saúde : Diretrizes para promover a saúde em meio escolar.

https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/iuhpe_hps_guidelinesii_2009_portuguese.pdf

Lieberman, A. & Miller, A. (2005). Teachers as Leaders. In *Educational Forum*. 69, 151-161.

Lopes, N. (2020). Municipalização da educação em Portugal – A perceção dos atores envolvidos: O caso do concelho de Sesimbra. (Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia).

Loureiro, I. (2013). *Da utilização da investigação em saúde à criação de políticas e práticas de empowerment dos cidadãos*. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*. 31 (1), 1-2.

Machado, M. (2020). *Como crescem os jovens – Infância e adolescência*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Maroy, C. (1997). *A análise qualitativa de entrevistas*. Em Albarello, L., Digneffe, F., Maroy, C., Ruquoy, Saint-Georges, P. (eds). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva. Lisboa.

- Minayo, M. C. d. S., & Sanches, O. (1993). *Quantitativo-qualitativo: Oposição ou complementaridade?* <https://doaj.org/article/b50caa442eb54171acd96e5117b22ae9>
- Ministério da Educação - Gabinete da Ministra (2005). Despacho n.º 25995, In Diário da República n.º 240/2005, Série II, de 16 de dezembro.
- Ministério da Educação (1998). Decreto-lei 115-A/98, In Diário da República n.º 102/1998, 1º Suplemento, Série I-A, de 4 de Maio.
- Ministério da Educação (2008). Decreto-lei 75/2008, In Diário da República n.º 79/2008, Série I, de 22 de Abril.
- Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (2003). Decreto-Lei n.º 7/2003, In Diário da República n.º 12/2003, Série I-A, de 15 de janeiro.
- Morais, A. M., & Neves, I. P. (2007). *Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista*. Revista Portuguesa de Educação, 20 (2), 75-104.
- Nóvoa, A. (2007). *O regresso dos professores. Conferência Desenvolvimento profissional de professores para a qualidade e para a equidade da Aprendizagem ao longo da vida*, promovida pela Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Lisboa.
- Nóvoa, A. S., Alvim, Y. (colaboração). (2022). *Escolas e Professores - Proteger, Transformar, Valorizar*. <https://futuresofeducation.ie.ulisboa.pt/livro-escolas-e-professores-proteger-transformar-valorizar/>
- OMS (1978). *Declaração de Alma-Ata*. Conferência Internacional sobre os Cuidados de Saúde Primários. <https://bioeticaediplomacia.org/wp-content/uploads/2013/10/alma-ata.pdf>
- OMS (1986). *Carta de Ottawa para a promoção da saúde*. 1ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. <https://www.iasaude.pt/attachments/article/152/Carta de Otawa Nov 1986.pdf>
- Patacho, P. (2022, junho, 1). *Descentralização na educação: assim, falhamos!*. Jornal de Notícias. <https://www.dn.pt/opiniao/descentralizacao-na-educacao-assim-falhamos-14905687.html>

Perrenoud, P. (2002). *A Escola e a Aprendizagem da Democracia*. Porto. Edições ASA.

Presidência do Conselho de Ministros (2013). Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2013, In Diário da República n.º 55/2013, Série I, de 19 de março.

Presidência do Conselho de Ministros (2015). Decreto-Lei n.º 30/2015, In Diário da República n.º 30/2015, Série I, de 12 de fevereiro.

Presidência do Conselho de Ministros (2019). Decreto-Lei n.º 21/2019, In Diário da República n.º 21/2019, Série I, de 30 de janeiro.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação (2008). Decreto-Lei n.º 144/2008, In Diário da República n.º 144/2008, Série I, de 28 de julho.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Administração Interna, das Finanças e do Plano, da Educação e do Equipamento Social (1984). Decreto-lei 299/84, In Diário da República n.º 206/1984, Série I, de 5 de setembro.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios da Administração Interna, dos Negócios Estrangeiros, da Justiça, das Finanças e do Plano e da Educação (1984). Decreto-lei 399-A/84, In Diário da República n.º 299/1984, 1.º Suplemento, Série I, de 28 de dezembro.

Sá, P., Costa, A. & Moreira, A. (Orgs.) (2021). *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: recolha de dados*. UA Editora. <http://dx.doi.org/10.34624/ka02-fq42>

Saraiva, D. & Almeida, A. (2017). Distinguir cultura organizacional e clima organizacional. *Revista Portuguesa de Gestão & Saúde*, 22, 24-31

Silva, A. & Coutinho, A. (2016). *A importância do projeto de educação para a saúde e a sua aplicação em meio escolar*. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*. *Revista INFAD de Psicologia*. 5. 309. 0.17060/ijodaep.2014.n1.v5.687.

Silva, E. H. B., Sousa, Y. L. G. de, Negreiros, F., & Freire, S. E. de A. (2021). Clima Escolar: Uma Revisão Sistemática De Literatura. *Revista doNufen: Phenomenology and Interdisciplinarity*.

Silva, J., Almeida, C. & Guindani, J. (2009). *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, 1(1). 1-15.

SNS (2006). *Protocolo entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde*. https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2016/10/ProtocoloME_MS.pdf

Souza, R., & Bonito, J. (2020). *A dimensão organizacional dos projetos de promoção e educação para a saúde em agrupamentos de escolas: percepções da sua eficácia*. In L. Sebastião & H. Rebelo (Eds.), IV Encontro nacional de jovens investigadores em educação: livro de atas (pp. 389-401). Évora, Portugal: Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora. [ISBN 978-972-778-167-6

SPCE (2020). *Carta Ética da Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação*. Lisboa: SPCE. <https://www.spce.org.pt/assets/files/CARTA-TICA2.EDICAOFINAL-2020-COMPACTADO.pdf>

UNESCO (2021). *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos - Os 17 ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/os-17-ods/objetivo-de-desenvolvimento-sustentavel-4-educacao-de-qualidade>

ANEXOS

ANEXOS

ANEXO I – Texto de divulgação do Projeto de Investigação junto dos Diretores de Agrupamento que integram as escolas cujos docentes e alunos fazem parte da amostra em estudo e respetivo pedido de autorização para a sua realização

Exmo. Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Pede-me a senhora Secretária Executiva da CIMRL, Dra. Acina Costa, que informe que, no ano letivo 2021/2022 e 2022/2023, a CIMRL — Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria, em estreita parceria com a Fundación Edex e a Universidade Aberta, promoveu uma ação de capacitação para professores do 10 ciclo do ensino básico, denominada "A Aventura da Vida — Capacitação para aplicadores". Nesta ação participaram e concluíram, com sucesso, as seguintes docentes desse agrupamento:

- XXXXXX

- YYYYYYY

Neste momento está a decorrer um estudo, no âmbito do Mestrado em Administração e Gestão Educativa, da Universidade Aberta, desenvolvido pela Dra Elisabete Rodrigues (estudante no 1300108), com orientação da Professora Susana Henriques, que visa perceber os efeitos e impactos que a capacitação e a implementação do Programa "A Aventura da Vida" tiveram, nos professores e alunos envolvidos

Considerando que este estudo se reveste da maior importância para a CIMRL, enquanto Entidade Promotora da referida ação de capacitação, somos a informar que as professoras em referência (em cc neste email), serão convidadas a participar no estudo, no âmbito do mestrado, assim como os seus alunos à altura da ação, caso ainda se encontrem no agrupamento. Estamos certos de que os resultados serão ainda importantes no âmbito do próprio AE, ao indicarem até que ponto a ação de capacitação se traduziu em algum tipo de mais-valia nas práticas das docentes implicadas.

Agradecemos antecipadamente a S/ melhor atenção.

Com os melhores cumprimentos,

ANEXO II – Texto de divulgação do Projeto de Investigação junto dos docentes que vão participar no estudo e respetivo pedido de colaboração para a realização do mesmo

Caras Professoras XXXXXXXX e YYYYYYYYYYYY,

No seguimento do email abaixo, e para que futuramente possamos continuar a dinamizar ações de capacitação (a título gracioso) junto dos/as docentes, no âmbito do projeto de promoção do sucesso educativo, muito agradecemos a vossa prestimosa colaboração, no sentido de participarem no estudo que está a ser efetuado pela Dra Elisabete Rodrigues (estudante n.º 1300108), no âmbito da ação de capacitação "A Aventura da Vida — Capacitação para aplicadores", que decorreu em 2023. Salientamos que a vossa participação se reveste da maior importância para que consigamos concretizar a investigação e ter resultados relevantes também para a CIMRL.

A senhora Professora Susana Henriques e a senhora mestrande Elisabete Rodrigues estarão disponíveis para esclarecer as vossas dúvidas, necessitando apenas que autorizem a vossa participação neste estudo.

Com os melhores cumprimentos,

ANEXO III – Texto do pedido de colaboração enviado aos Professores para solicitar a autorização aos encarregados de educação para que os seus educandos possam participar no estudo

Cara Professora XXXXXX,

Na sequência do contacto telefónico estabelecido e dando cumprimento ao combinado, junto envio o documento a remeter aos Encarregados de Educação para que tomem conhecimento da investigação a realizar e que, caso não concordem com a participação na mesma do seu educando, o possam expressar, bastando para o efeito que manifestem essa vontade.

Envio ainda o link de acesso ao questionário que após o desenvolvimento das atividades deverá ser preenchido pelos alunos, exatamente nos moldes em que falámos esta tarde.

<https://forms.gle/sQVvK6J196rJm7ARA>

Caso considere necessário algum esclarecimento adicional, encontro-me totalmente disponível para o efeito.

Reitero ainda os meus agradecimentos pelo nobre acolhimento e disponibilidade demonstrada para colaborar.

Com os melhores cumprimentos.

Elisabete Rodrigues

ANEXO IV – Texto do documento informativo aos Encarregados de Educação

Exmo. Senhor Encarregado de Educação,

No âmbito do Mestrado em Administração e Gestão Educacional, da Universidade Aberta, a turma está a participar numa investigação cujo objetivo principal é conhecer os efeitos e impactos do Programa "A Aventura da Vida", um Programa de Educação para a Saúde desenvolvido no âmbito da CIMRL.

Para o efeito, torna-se necessário aplicar um questionário aos alunos que desenvolveram atividades no âmbito do referido Programa em contexto de sala de aula.

Assim, a presente comunicação tem o propósito de informar que o questionário em referência será aplicado ao seu(a) educando(a). Os dados recolhidos serão totalmente confidenciais, tratados em bloco e será assegurado o anonimato do seu(a) educando(a), não sendo registado o seu nome ou qualquer outro elemento identificativo.

A participação do seu(a) educando(a) neste estudo é voluntária. Ou seja, ele pode recusar ou desistir a qualquer momento, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para ele(a). O questionário será aplicado em sala de aula, com a supervisão e apoio da Professora titular de turma e terá uma duração máxima previsível de 15 minutos.

Caso tenha alguma dúvida relativamente à presente investigação poderá entrar em contacto com a investigadora responsável, Elisabete Rodrigues, através de correio eletrónico: 1300108@estudante.uab.pt.

Ao tomar conhecimento do teor desta mensagem autoriza o(a) seu(a) educando(a) a participar neste trabalho. Caso contrário, deve responder a esta mensagem dando essa indicação de forma clara.

Agradecemos antecipadamente a sua colaboração no desenvolvimento da investigação cujos resultados contribuirão também para o desenvolvimento do programa A Aventura da Vida nas escolas e a melhoria da ação da CIMRL.

Com os melhores cumprimentos.
Elisabete Rodrigues

ANEXO V – Inquérito por questionário aplicado aos Professores

01/10/24, 11:53

Questionário aos Professores

Questionário aos Professores

O presente questionário realiza-se no âmbito de uma investigação para elaboração da dissertação de Mestrado em Administração e Gestão Educacional, da Universidade Aberta, sob a orientação da Professora Susana Henriques. O objetivo da investigação é conhecer os efeitos e impactos da capacitação e da implementação do Programa "A Aventura da Vida".

Estamos a solicitar a sua participação por ter frequentado e concluído a ação de capacitação no Programa "A Aventura da Vida", promovida pela CIMRL em parceria com a Fundação Edex e a Universidade Aberta. A sua colaboração é, pois, essencial.

Estimamos o tempo médio de resposta a este questionário, em 15 minutos.

Todos os requisitos de natureza ética referentes à investigação serão cumpridos, designadamente:

- A participação no estudo é anónima, em momento algum será solicitado qualquer dado de identificação; e voluntária, sendo garantido o direito de participar assim como o de desistir e interromper o preenchimento do questionário a qualquer momento.
- A total confidencialidade dos dados fornecidos, sendo os mesmos utilizados unicamente para a finalidade da investigação e analisados em bloco.
- Os dados recolhidos serão conservados apenas pelo tempo necessário ao cumprimento do propósito para o qual foram recolhidos.
- A prestação de todos os esclarecimentos que, em qualquer momento, possam surgir sobre este estudo. Para isso, poderá comunicar com a responsável pela investigação, através do seguinte endereço de correio eletrónico: 1300108@estudante.uab.pt.

Muito obrigada pela sua participação,

Elisabete Rodrigues

* Indica uma pergunta obrigatória

Consentimento livre e informado

Assinale a opção mais adequada

1. Declaro que li as condições de participação e aceito colaborar no estudo em referência. *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Parte I – Dados Biográficos e Situação Profissional

2. **Género ***

Marcar apenas uma oval.

Feminino

Masculino

Outro

Prefere não responder

3. **Idade ***

4. **Formação Académica ***

Marcar apenas uma oval.

Bacharelato ou equivalente

Licenciatura ou equivalente

Mestrado

Doutoramento

5. Situação Profissional *

Marcar apenas uma oval.

- Contratado(a)
- Quadro de Zona Pedagógica
- Quadro de Escola / Agrupamento

6. Tempo de permanência ininterrupta no Agrupamento de Escolas (em anos) *

Parte II - Motivação**7. Já conhecia o Programa “A Aventura da Vida” antes de participar na ação de capacitação? ***

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

8. Qual foi o seu grau de interesse em participar na ação de capacitação do Programa “A Aventura da Vida”? *

Marcar apenas uma oval.

- Muito alto
- Alto
- Médio
- Baixo
- Muito baixo

9. Qual foi o seu grau de envolvimento nas atividades propostas na ação de capacitação do Programa "A Aventura da Vida"? *

Marcar apenas uma oval.

- Muito alto
 Alto
 Médio
 Baixo
 Muito baixo

10. Como avalia o seu nível de motivação para implementar (após a ação de capacitação) o Programa "A Aventura da Vida" em contexto de sala de aula ? *

Marcar apenas uma oval.

- Muito alto
 Alto
 Médio
 Baixo
 Muito baixo

11. Justifique a sua resposta, por favor.

12. De que forma o Programa "A Aventura da Vida" influenciou a saúde, o bem-estar e a aprendizagem dos seus alunos? *

Marcar apenas uma oval.

- Influenciou muito positivamente
- Influenciou positivamente
- Não influenciou
- Influenciou negativamente
- Influenciou muito negativamente

13. Justifique a sua resposta, por favor.

14. Sente que essas mudanças são reconhecidas na escola? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, totalmente
- Sim, parcialmente
- Não, pouco
- Não, nada

15. Justifique a sua resposta, por favor.

16. Continua, ainda hoje, a aplicar o Programa "A Aventura da Vida"? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

17. Justifique a sua resposta, por favor.

Parte III - Educação para a saúde – O Programa “A Aventura da Vida”

18. Numa escala de 1 a 5, sendo 1 muito insatisfeito e 5 muito satisfeito, qual é o seu grau de satisfação com o Programa "A Aventura da Vida"? *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

19. Como avalia o grau de adequação dos materiais do Programa "A Aventura da Vida" ao seu contexto escolar? *

Marcar apenas uma oval.

Muito adequado

Adequado

Pouco adequado

Inadequado

20. O Programa "A Aventura da Vida" é relevante e atual para a educação para a saúde? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, totalmente
 Sim, parcialmente
 Não, pouco
 Não, nada

21. Quais foram os principais impactos na sua escola após a aplicação do Programa "A Aventura da Vida"? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Maior participação escolar
 Maior comunicação escolar
 Maior colaboração escolar
 Melhor clima escolar
 Outro(s)

22. Se respondeu "Outro(s)", refira qual/quais.

23. Recomendaria o Programa "A Aventura da Vida" a outros professores? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

24. Justifique a sua resposta, por favor.

25. Na sua opinião, o que poderia ser melhorado no Programa "A Aventura da Vida"?

Parte IV - Impacto da implementação do Programa "A Aventura da Vida" nos alunos

26. Depois da aplicação do Programa "A Aventura da Vida", os seus alunos revelaram uma maior preocupação com a adoção de estilos de vida saudável? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

27. Quais foram os principais resultados que alcançou com os seus alunos após a aplicação do Programa "A Aventura da Vida" na sua sala de aula? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Melhor desempenho académico
- Melhor comportamento escolar
- Melhor saúde física
- Melhor saúde mental
- Melhor qualidade de vida
- Melhor convivência social
- Outro(s)

28. Se respondeu "Outro(s)", refira qual / quais.

29. Indique o seu grau de concordância com a seguinte afirmação: O Programa "A Aventura da Vida" favoreceu a qualidade das relações entre os alunos. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Nem concordo, nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

Parte V - Impacto da implementação do Programa "A Aventura da Vida" no Professor

30. Indique o seu grau de concordância com a seguinte afirmação: O Programa “A Aventura da Vida” proporcionou-me oportunidades para melhorar o meu trabalho enquanto docente. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Nem concordo, nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

31. De que forma alterou as suas práticas pedagógicas após participar no programa “A Aventura da Vida”? Assinale a opção com que melhor se identifica. *

Marcar apenas uma oval.

- Utilizei mais recursos pedagógicos diversificados e adequados aos temas de saúde
- Promovi mais a participação ativa e crítica dos alunos nas atividades de saúde
- Integrei mais os temas de saúde no currículo e nas disciplinas
- Articulei mais com outros professores, com os alunos, com os pais e com a comunidade
- Avaliei mais as aprendizagens e os comportamentos dos alunos em relação à saúde
- Não alterei as minhas práticas pedagógicas

32. O Programa “A Aventura da Vida” ajudou-me a aprofundar os conhecimentos sobre os temas de saúde. *

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
 Concordo
 Nem concordo, nem discordo
 Discordo
 Discordo totalmente

33. Quais foram os principais benefícios que obtive como professor após a implementação do Programa “A Aventura da Vida” na sua sala de aula? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Maior satisfação profissional
 Maior motivação profissional
 Maior reconhecimento profissional
 Maior formação profissional
 Maior inovação profissional
 Maior integração profissional
 Não obtive benefícios

34. Quais foram as principais dificuldades que encontrou para aplicar o Programa “A Aventura da Vida” na sua sala de aula? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Falta de tempo
 Falta de material
 Falta de formação
 Falta de apoio
 Falta de motivação
 Resistência dos alunos
 Resistência dos pais
 Não tive dificuldades

35. Indique o seu grau de concordância com a seguinte afirmação: O Programa "A *
Aventura da Vida" fez-me refletir sobre a minha visão acerca da liderança.

Marcar apenas uma oval.

- Concordo totalmente
- Concordo
- Não concordo, nem discordo
- Discordo
- Discordo totalmente

Parte VI - O Programa "A Aventura da Vida" e as alterações verificadas

36. Quantas horas por semana dedica ao Programa "A Aventura da Vida"? *

Marcar apenas uma oval.

- Menos de 1 hora
- Entre 1 e 2 horas
- Entre 2 e 3 horas
- Mais de 3 horas
- Nenhuma

37. Quantas atividades do Programa "A Aventura da Vida" realizou com seus *
alunos até agora?

Marcar apenas uma oval.

- Entre 1 e 5
- Entre 6 e 10
- Mais de 10
- Nenhuma

38. O Programa "A Aventura da Vida" contribui para o seu desenvolvimento profissional e pessoal? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, totalmente
 Sim, parcialmente
 Não, pouco
 Não, nada

39. Na aplicação do Programa "A Aventura da Vida" contou com o apoio de algum Técnico Municipal que também tenha frequentado a ação de capacitação? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

40. De acordo com o impacto da implementação do Programa "A Aventura da Vida", assinale aquele que, na sua opinião, mais se destaca. *

Marcar apenas uma oval.

- Qualidade das relações
 Grau de participação
 Sentimento de pertença
 Satisfação com a escola
 Nenhuma das anteriores

41. Se respondeu "Nenhuma das anteriores", refira qual.

42. Após a implementação do Programa “A Aventura da Vida”, percebeu alguma mudança no clima escolar da sua turma? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, melhorou muito
- Sim, melhorou um pouco
- Ficou igual
- Não, piorou um pouco
- Não, piorou muito

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

ANEXO VI – Inquérito por questionário aplicado aos alunos

01/10/24, 11:57

Questionário aos Alunos

Questionário aos Alunos

O presente questionário realiza-se no âmbito de uma investigação para elaboração da dissertação de Mestrado em Administração e Gestão Educacional, da Universidade Aberta, sob a orientação da Professora Susana Henriques.

O objetivo desta investigação é conhecer os efeitos e impactos do Programa "A Aventura da Vida".

Para isso convido-te a responderes a algumas perguntas. A tua colaboração é muito importante! Não há respostas certas ou erradas, é a tua opinião que conta.

As tuas respostas são anónimas, o que significa que nunca serás identificado/a, e tratadas em conjunto. A tua participação é voluntária e podes desistir a qualquer momento. Caso tenhas alguma dúvida não hesites em pedir esclarecimentos ou o apoio da tua Professora.

Muito obrigada pela tua participação,

Elisabete Rodrigues

** Indica uma pergunta obrigatória*

1. Sei que este questionário é anónimo e que posso deixar de responder a qualquer momento, mas aceito participar neste estudo. *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

2. Qual a tua idade? *

3. Qual o teu género *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Feminino
- Outro

4. Participas nas atividades do Programa "A Aventura da Vida" que a tua Professora aplica na Sala de Aula? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim 😊
- Não 😞




5. Quando sabes que a tua Professora vai realizar uma atividade no âmbito do Programa "A Aventura da Vida", como te sentes? *

Marcar apenas uma oval.

- Entusiasmado/a 😊
- Desmotivado/a 😞
- Indiferente 😐

6. Desde que começou o Programa "A Aventura da Vida" que mudanças sentes? - *
Para cada um dos aspetos seguintes, assinala a imagem que melhor responde ao teu sentir.

Marcar tudo o que for aplicável.

	Melhor 	Igual 	Pior 
Sou capaz de gerir as minhas emoções	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sinto bem-estar geral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gosto das atividades físicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tenho cuidado com a minha alimentação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tenho brigas no recreio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sinto-me próximo/a da professora	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sinto-me bem nas aulas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sinto que gosto de mim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sinto que faço parte desta escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
No geral sinto que a minha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



facilidade...
felicidade

Tenho mais
facilidade
em tomar
decisões

7. No que respeita a Hábitos Saudáveis, com o Programa "A Aventura da Vida" aprendeste coisas novas em relação a...

*

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim 	Não 	Não me lembro 
Uso de medicamentos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Consumo de Alcool	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Consumo de Tabaco	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atividade Física e Descanso	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Alimentação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Segurança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Higiene	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

8. De acordo com a tua experiência, achas que os teus colegas de outras salas podiam aprender com as atividades do Programa "A Aventura da Vida"? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim 😊
- Não 😞
- Não sei 😐

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários